

Imprensa periódica e política no Rio Grande do Sul: estudos históricos

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

59



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2023



Imprensa periódica e política no Rio Grande do Sul: estudos históricos



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Imprensa periódica e política no Rio Grande do Sul: estudos históricos



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2022

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Imprensa periódica e política no Rio Grande do Sul: estudos históricos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 59
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2022

ISBN – 978-65-89557-59-3

CAPA: Caricatura publicada no *O Diabrete*. Rio Grande, 17 out. 1880.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Apresentação

Como meio de comunicação mais eficaz na difusão de informações e opiniões, ao longo do século XIX, a imprensa periódica teve um papel significativo na formação dos hábitos, dos gostos, das atitudes, dos desejos e, enfim da opinião pública¹, de modo a constituir-se em um “instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”, proporcionando estudos nos quais ela pode atuar “como agente da história”, permitindo “captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais”². A partir de tal perspectiva, deu-se uma valorização do jornalismo como instrumento para as pesquisas históricas, levando os historiadores a enfrentar e sobrepujar uma série de obstáculos intrínsecos à utilização desse tipo de documentação, como a falta de coleções completas, mormente quando se trata de determinados representantes da imprensa dentre os quais os exemplares remanescentes são em número extremamente reduzidos; os problemas de conservação material das fontes³; a carência de informações

¹ BESSA, Pedro Parafita. Uma análise do conteúdo dos jornais. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: v. 149, jul. 1952. p. 23.

² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988. p. 21.

³ Ver: RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982. p. 170.

complementares nos documentos oficiais, além de “uma mediocridade geral dos arquivos de empresas” jornalísticas, “que permitiriam descrever a *instituição* do jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento e suas ligações cotidianas com os diferentes poderes”⁴.

Em se tratando de estudos abordando a política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas. Nas análises voltadas à política, podem ser distinguidas várias formas de utilização documentária da imprensa, ou seja, as atividades jornalísticas como fontes de documentação geral (documentação sobre os fatos e sobre a opinião pública); o jornalismo como fonte de documentação sobre os grupos e categorias sociais; e a imprensa como fonte de documentação sobre a própria imprensa (estudos do conteúdo, da difusão e da dependência da imprensa e a análise da imprensa como centro de um grupo de pressão)⁵. Desse modo, em linhas gerais, os trabalhos cujo instrumento primordial de análise é o jornalismo, orientam-se em direção a duas vertentes básicas: uma história através da imprensa, ou

⁴ JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 214.

⁵ DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 88-92.

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

seja, os jornais servem como fonte de informações para a reconstrução de um determinado elemento constitutivo de uma dada sociedade; ou ainda, uma história da imprensa, na qual o historiador visa a estudar o jornalismo em si mesmo, sua evolução, suas manifestações e as formas pelas quais ele retrata os acontecimentos.

Os ensaios reunidos neste livro, a partir da reunião de artigos publicados anteriormente, intentam realizar um estudo no qual essas duas vertentes de pesquisa acerca do jornalismo surgem de maneira intercomplementar e dialética, em um contexto pelo qual a imprensa aparece tanto como fonte, quanto como objeto de análise. Os estudos de cunho político têm seguido, em geral, duas orientações conceituais. Em uma delas, a política aparece como “a ciência do Estado, poder organizado na comunidade nacional”. Na outra, ela é interpretada como “a ciência do poder organizado em todas as comunidades”⁶. Nesta coletânea de estudos a política, analisada em seu viés partidário, é “entendida como forma de atividade ou de práxis humana” que “está estreitamente ligada ao poder”⁷, e como uma “forma de conduta humana livre e polêmica que se projeta como poder sobre a ordem vinculadora de uma

⁶ DUVERGER, Maurice. *Introdução à política*. Lisboa: Estúdios Cor, 1964. p. 11.

⁷ SILVA, Benedito (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 922.

comunidade”⁸, sendo abordada, enfim, no sentido da práxis dos homens no e pelo poder⁹.

⁸ BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, 1992. v. 2. p. 954. A respeito da política no seu conteúdo partidário, ver também: BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 64-8.

⁹ Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 15-16.

SUMÁRIO

**O periodismo sul-rio-grandense no século XIX:
breves impressões históricas / 15**

**O ensino da História por meio dos jornais antigos:
as imagens acerca dos atores político-partidários à
época imperial / 57**

**A imprensa conservadora na cidade do Rio
Grande e a inversão partidária de 1868 / 81**

**Construção e desconstrução de mitos políticos
através da imprensa: um estudo de caso / 107**

O periodismo sul-rio-grandense no século XIX: breves impressões históricas*

A invenção trazida à luz por volta de 1450 em Mainz, na atual Alemanha, ainda que fosse resultado de técnicas que se desenvolviam há mais tempo, mormente no Oriente, viria a constituir um dos significativos pontos de inflexão na história mundial, de modo que o invento de Johann Gutenberg marcaria uma trilha inexorável na evolução da humanidade. Desde os prelos originais até a contemporânea mídia eletrônica, o convívio com a informação passou a representar uma faceta do cotidiano das sociedades. Ainda que se discuta no campo historiográfico se o advento da imprensa teria constituído uma “revolução” na história da humanidade, tendo em vista seus efeitos, contra-argumentando-se que tal ação teria se desenvolvido através de séculos e, portanto, não correspondendo a uma revolução no seu sentido *stricto*, o certo é que as atividades tipográficas desde os séculos XV e XVI e a imprensa periódica propriamente dita, notadamente desde o final dos Setecentos e mais especificamente a partir da centúria seguinte, consistiriam um elemento intrínseco às vivências das comunidades humanas.

* Texto publicado originalmente na Revista *Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2009, v. 23 (2), p. 137-165.

Era de transições, os tempos modernos trariam uma série de transformações no devir social, demarcando-se a passagem do medievo à modernidade. Essas mudanças constituíram-se a partir de fenômenos interativos e inter-relacionados entre si e, em todas elas, a invenção de Gutenberg exerceria primordial papel. A formação dos Estados Nacionais, a ascensão da burguesia, a expansão marítimo-comercial e colonial europeia, a Reforma e a Contrarreforma e o Renascimento viriam, em conjunto, a exigir um aprimoramento no sistema de informações, um aperfeiçoamento nas formas de propagação de conteúdos ideológicos e culturais, a elaboração de um cada vez mais complexo aparelho burocrático-administrativo, entre tantos outros condicionantes, que tiveram na atividade tipográfica um fator motor decisivo. Os avanços tecnológicos foram permitindo uma expansão crescente dos prelos na Europa, anunciando-se um processo que tomaria proporções mundiais. Foram muitos os precursores da imprensa periódica, mas o desenvolvimento mais notório da mesma se daria mormente a partir do desencadear das revoluções liberais, desde o final do século XVIII e avançando ao longo da próxima centúria, em verdadeiras ondas que tinham por epicentro a Europa Ocidental, mas que se irradiariam de maneira extracontinental. A marcha revolucionária que representaria mais uma etapa de transições seria acompanhada *pari passu* pelo constante progredir da circulação de jornais.

No seio dessa conjuntura, a imprensa chegaria à América, primeiramente na hispânica e, já no século XIX na portuguesa. À época colonial, as atividades

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

tipográficas foram terminantemente proibidas no Brasil, por determinação metropolitana. Essa situação só viria a ser contornada com a transmigração da Família Real para o território colonial americano, de modo que a Corte lusitana, para atender suas próprias necessidades, tentou transplantar para os trópicos ao menos parte dos progressos e modernidades da dita civilização europeia e dentre eles estaria a própria imprensa. Nascia assim, sob inspiração áulica, em setembro de 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o periodismo em terras brasileiras. A gênese da imprensa brasileira, entretanto, constituiu um processo mais amplo, englobando a iniciativa de Hipólito José da Costa que, em junho de 1808, passava a publicar o *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro, pois, ainda que editado em Londres, chegava até os portos coloniais e circulava clandestinamente por alguns centros urbanos do Brasil, levando em frente um ideário liberal e anticolonial.

Ao lado da imprensa áulica passou a desenvolver-se na colônia portuguesa na América uma incipiente, mas emergente, ascensão das práticas jornalísticas. Com o avançar do período joanino e a preparação do processo emancipacionista, passaram a surgir periódicos que traziam à baila a discussão latente sobre os rumos do Brasil, quer seja, a manutenção da subordinação à metrópole ou a caminhada em direção à independência. Era o primeiro conflito discursivo de maior monta que se entabulava junto à imprensa brasileira, engalfinhando-se emancipacionistas e colonialistas. A eclosão da Revolução do Porto, com a exigência do retorno de D. João, ficando o Brasil sob a regência de D. Pedro e os intentos das Cortes lusas no

que tange à recolonização do Brasil, constituiria o cenário para um novo avanço do periodismo, trazendo com maior evidência o confronto das frentes políticas que se convencionou denominar de partido brasileiro e partido português.

As ondas revolucionárias continuavam a alastrar-se pelo mundo ocidental e de uma delas resultaria o processo de emancipações da América Latina, estando aí inserido o Brasil. A luta pela independência deu-se também no campo discursivo através dos jornais, até que se efetivasse a formação do Estado Nacional Brasileiro. Realizada em nome do liberalismo, a emancipação brasileira traria ao convívio das nações um novo país que acabaria por demonstrar bem a contento os avanços e limites das ideias liberais então em voga. O primeiro imperador, liberal à independência, mas que nascera sob a égide do absolutismo, logo passaria a revelar seu espírito autoritário, culminando com o fechamento da Assembleia Nacional Constituinte e a outorga de uma constituição centralizadora e concentradora do poder nas mãos do governante. Desde então, a maré revolucionária reiniciava sua ação no Brasil, tendo em vista as reações liberais ao longo de vários pontos do país. Mais uma vez seria a imprensa a voz ativa tanto de rebeldes quanto daqueles que pretendiam a manutenção do *status quo*.

Muitos jornais passaram a atacar firmemente a situação vigente, diante do que o imperador exigia um recrudescimento ao controle das atividades jornalísticas. Mesmo assim, o turbilhão de insatisfação e rebeldia tornava-se irreversível, aumentando drasticamente a impopularidade de D. Pedro I, o que culminaria com a abdicação em nome de seu filho em abril de 1831. Pela

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

menoridade do sucessor ao trono, a constituição previa que o país seria administrado por regentes, até que o novo imperador estivesse em idade de governar. Iniciava-se então o período regencial, momento em que a integridade territorial e institucional brasileira esteve em constante ameaça. Os liberais consideravam que a abdicação de Pedro I, denominada por eles de Revolução de 7 de Abril, seria o momento decisivo da história do país, no qual, finalmente, o ideário liberal viria a orientar as práticas governamentais. Como isto não se confirmou de todo e os avanços em relação à Constituição de 1824 foram modestos, os liberais mais exaltados e os radicais republicanos passaram a fomentar uma série de rebeliões que se espargiram pelo país. Era mais uma das ondas revolucionárias que, da Europa, se espalhava pelo mundo ocidental. A imprensa, nessa época, passaria por um novo impulso quantitativo e qualitativo. Acompanhando lado a lado a irradiação das ondas de rebeldia, o periodismo se consolidava no Brasil como veículo de difusão de informações e ideias.

A imprensa, que até então se concentrara em algumas das unidades brasileiras, passaria a ser praticada no seio da maioria das províncias. No Rio Grande do Sul, esse processo seria inaugurado a partir de 1827 com a publicação do *Diário de Porto Alegre*, folha de inspiração oficial. Logo em seguida, o número de periódicos começava a crescer ao longo da província, na qual o ideário liberal passara a fomentar um cada vez mais ferrenho espírito de contestação ao modelo vigente, notadamente no que tange à liberalização política e à federalização do país. Nesse sentido, o clima que marcaria a fermentação, preparação e eclosão da Revolução Farroupilha seria extremamente propício à

expansão das atividades jornalísticas. Ao lado da Balaiaada, Sabinada, Cabanagem, entre outras, a Farroupilha constituiria o mais grave dos conflitos provinciais da época regencial, começando como um movimento menos radical que pretendia, em nome dos “direitos das gentes” e do direito à revolução dos povos, o afastamento de um governante indesejado, para agravar-se no enfrentamento com as forças legalistas, culminando na ruptura institucional e no separatismo com a formação da República Rio-Grandense.

A guerra que durou quase um decênio não foi travada apenas pelas armas, pois, ao lado delas, foram utilizados verdadeiros arsenais de palavras, constituindo-se, à parte do enfrentamento unicamente bélico, uma batalha de manifestos que teria no meio impresso um contumaz divulgador. Ao longo do Rio Grande do Sul, desde os maiores centros urbanos até os mais longínquos rincões, circularam folhas impressas que sustentaram o conflito discursivo entre rebeldes e legalistas, de modo que a gênese da imprensa gaúcha esteve marcada de forma irretorquível pelas inter-relações com o contexto revolucionário de então. Ocorreria um verdadeiro *boom* de atividades jornalísticas, uma vez que numa localidade onde houvesse um jornal favorável aos farroupilhas, era natural que o grupo adversário também buscasse organizar sua folha de modo a combater o inimigo, sendo a recíproca verdadeira quando se tratava dos legalistas. Desse modo, num processo de ação e reação, o número de jornais circulando na província multiplicava-se desde à época pré-revolucionária e durante os primeiros anos da Revolução Farroupilha.

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

A imprensa rio-grandense-do-sul nascia assim sob a égide do partidarismo, uma vez que os jornais tinham por característica essencial o engajamento partidário, buscando sustentar uma causa e derruir a do adversário. Os periódicos serviam à sustentação do confronto discursivo, com a formação de estereótipos bem demarcados do aliado e do inimigo, do que era o “nosso” e o que era dos “outros”, numa perspectiva muitas vezes maniqueísta de apresentar aos leitores uma versão do “bem” e do “mal”. O debate dava-se no campo político-ideológico, mas, por vezes, descambava para os ataques de cunho pessoal, valendo a utilização de qualquer argumento para convencer a opinião pública sobre a justeza do lado que se buscava sustentar. O conflito no campo discursivo buscava assim legitimar as formas de agir e pensar do aliado, bem como deslegitimar as do adversário, de modo que rebeldes e legalistas se digladiariam à extenuação por meio do papel impresso.

Nessa época, as páginas dos jornais recendiam à pólvora e a chumbo, quase como nos campos de batalha, além do que o sangue também parecia correr pelo papel. A linguagem utilizada era forte e vibrante e, muitas vezes, direcionava-se mais à emoção do que à razão, mantendo-se um constante intento de promover a exaltação da opinião pública. As matérias editoriais, as transcrições de notícias e a publicação de manifestos eram notoriamente calcadas na intenção de excitar os espíritos em favor de uma das causas em jogo, não importando, por diversas vezes, os argumentos de ordem ideológica, utilizando-se, isto sim, um jogo de palavras que mexesse com os sentimentos dos leitores. Ao lado desse tipo de construção discursiva baseada na

instigação de ódios e paixões partidaristas, dava-se também a organização de uma prática doutrinária por meio da imprensa, objetivando a didática difusão dos princípios então em debate. Ocorria nessa época, através do periodismo, uma notável edificação de discursos que, emocionais ou racionais, tinham por única meta a vitória na batalha travada através das palavras, inaugurando-se uma tradição que se reproduziria em outros conflitos bélicos intra-oligárquicos da história sul-rio-grandense.

Nesse sentido, os farroupilhas eram apontados por meio de sua imprensa como os propugnadores de uma causa justa, acima de tudo em nome da liberdade, enquanto que os legalistas eram descritos como retrógrados, sebastianistas e conservadores. Por outro lado, os jornais legalistas consideravam esses como os defensores da ordem, enquanto os rebeldes eram qualificados como anarquistas e subversivos que desejavam corromper e destruir as instituições estabelecidas. A perspectiva dos periódicos voltava-se essencialmente para a questão dos temas provinciais, mas demonstravam conhecimento de causa ao debater a conjuntura nacional e internacional, defendendo os farrapos que o “espírito da revolução” espalhar-se-ia pelo país, pela América e pela Europa, desejando que a “liberdade” fosse a vencedora nos “dois mundos”, quer seja, no contexto americano e europeu; já os governistas propugnavam que a ameaça rebelde buscava espalhar-se pelo mundo, mas que esse “mal” logo viria a ser controlado pelos adeptos da ordem institucional. Além do combate ideológico, os jornais, por vezes, baixavam o nível da discussão, levando o confronto para o campo do xingamento, de modo que o adversário chegava a ser

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

transmutado em figuras sanhudas, selvagens e sanguinárias que levariam à província à perdição.

Os dois lados do confronto bélico utilizavam-se também da imprensa para desmentir o inimigo. Dessa maneira, para os jornais farrapos ou legalistas as folhas provenientes dos adversários estariam a desvirtuar a função da imprensa, ao omitir notícias, adulterar informações, ou mentir desbragadamente, com o único intuito de enganar a opinião pública. De acordo com essa perspectiva, nas versões dos jornais, as batalhas sempre eram vencidas pelos aliados, que contavam baixas mínimas e infringiam aos adversários derrotas acachapantes e aniquiladoras. Seguindo tal modalidade discursiva, predominava uma prática essencialmente opinativa em detrimento do caráter informativo, pois, além dos longos enunciados em que o jornal deixava evidenciado seu posicionamento partidário, a própria divulgação de notícias era utilizada como arma de convencimento sobre a causa e os propalados sucessos de lado a lado. Era também intenção dos redatores das folhas demonstrar que o responsável pelas dificuldades advindas da guerra era sempre o inimigo, quer seja, para os legalistas, os culpados pela continuidade da luta eram os farroupilhas por terem anarquizado as instituições, ao passo que os farrapos imputavam a culpa pelo prosseguimento das lides bélicas aos governistas por insistirem na manutenção de um estado centralizador e concentrador de poderes. Nesse sentido, os jornais muito se esforçavam para mostrar à população a destruição trazida pela guerra a qual só terminaria, de acordo com o prisma do engajamento, se fossem exterminados os rebeldes ou se a revolução saísse vitoriosa.

Os periódicos elaborados nessa época eram de diminutas proporções, normalmente semanários, ou editados duas vezes por semanas, contando na maioria dos casos com quatro páginas, a maior parte delas contendo matéria editorial, ficando o espaço restante destinado à transcrição de notícias e à divulgação de avisos normalmente de ordem comercial. Nessa época, as várias etapas da produção do jornal ficavam ao encargo de poucos homens, por vezes só um, de modo que não era incomum o proprietário atuar como redator, selecionador das notícias transcritas, além de colaborar na impressão e na distribuição de suas folhas. Normalmente os responsáveis pelos jornais, que se auto-consideravam como “escritores públicos”, guardavam algum tipo de relação direta/indireta com um dos lados em conflito, de modo que seus periódicos, mais do que divulgadores das causas em luta, transformavam-se ou, às vezes, existiam exclusivamente, para organicamente sustentar um dos lados dentre os beligerantes.

Ainda que essa imprensa notadamente engajada não tenha sido única no Rio Grande do Sul durante a Revolução Farroupilha, aparecendo folhas que buscavam certa equidistância, neutralidade, ou ainda pairar acima dos grupos em conflito, essas tentativas constituíram exceções, raras e pouco perenes, diante de uma conjuntura predominante de um periodismo partidarista. O constante avanço quantitativo/qualitativo da imprensa gaúcha perduraria desde a preparação da rebelião até os primeiros anos da década de quarenta, quando o desgaste material e humano tornava-se cada vez mais drástico no caso rio-grandense, de modo que as condições para a circulação de jornais ficavam bastante restritivas. Os resultados da guerra se

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

faziam sentir em todos os campos da sociedade sul-rio-grandense e a imprensa também iria sofrer com esses reveses. Somente a partir da pacificação do Rio Grande do Sul e da progressiva recuperação provincial foi que novamente se abriu espaço ao desenvolvimento das atividades jornalísticas.

Dez anos de lutas acabariam por deixar raízes profundas, de modo que, pacificada a província, a reconstrução do Rio Grande do Sul no período pós-revolucionário constituiria um processo gradual que se deu nas mais variadas direções, fosse a material, a humana, a socioeconômica e mesmo a cultural, dentre as quais estariam as atividades jornalísticas. Um novo surto de periodismo se daria no contexto rio-grandense, surgindo uma imprensa renovada em relação a até então existente. Os jornais vinculados exclusivamente ao maniqueísta conflito discursivo tenderam a progressivamente deixar de circular. A discussão política não desapareceu dos jornais, entretanto, passou-se por uma fase de certa suavização dos debates, além do que novas estratégias discursivas passaram a ser empregadas para difundir os preceitos partidaristas. Nesse sentido, viria a aparecer espaço para outras práticas jornalísticas que não apenas a político-partidária.

Os enfrentamentos partidários e pessoais não deixariam, no entanto, de existir na pauta da imprensa rio-grandense, afinal dentre as consequências de dez anos de lutas, apareceria como resultado certo a permanência de ódios e paixões, aos quais outras motivações ainda viriam a ser acrescidas com o passar do tempo. Uma das formas de manifestação desses conflitos de interesse se daria através da pasquinagem, modelo que mais escancararia o uso do jornal como

arma de ataque ao adversário. Proliferaram pelo Rio Grande do Sul, num processo que se arrastaria até o final do século, um grande número de folhetos geralmente anônimos que utilizavam uma linguagem desabrida, chula e carregada de impropérios e até de palavrões. Praticando um delito, de acordo com os padrões legais de então, quer seja o anonimato, os pasquins foram muitas vezes panfletos, com circulação irregular e vida extremamente fugaz. Seu maior objetivo era o ataque a um possível inimigo, de modo que sua edição prendia-se exatamente ao seu intento de agredir o adversário, ou seja, encerrada sua meta, parava de circular. Além disto, a pouca longevidade dos pasquins vinculava-se às constantes perseguições sofridas, fosse pelo seu caráter ilegal, fosse por que muitas vezes os alvos eram as próprias autoridades públicas. As estratégias discursivas dessas folhas eram escancaradamente deslavadas e perpassavam pelo título, pelo cabeçalho, pelo dístico e chegavam ao texto, incisivo e direto na sua intenção do detratar, criticar ou ainda destruir a imagem do adversário, não só no que tange à sua vida pública, mas buscando atingi-lo em sua privacidade.

IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS



A imprensa suja suas mãos na lama, ao abordar temas da vida privada (*O Figaro*. Porto Alegre, 26 jan. 1879)

Progressivamente a imprensa gaúcha passaria por uma certa diversificação em suas atividades. Nessa conjuntura, surgiriam as folhas literárias, cujas propostas ligavam-se à propagação da cultura e do entretenimento entre o público leitor. Esses jornais buscavam a difusão da leitura de clássicos da literatura, bem como abriam espaço para textos em prosa e poesias de autores regionais. Numa época em que a edição de um livro era algo complexo e de difícil realização, os periódicos literários serviam como veículo para a divulgação das obras de escritores sul-rio-grandenses, alguns dos quais se transformariam em verdadeiros cânones da literatura gaúcha. Era comum entre vários dos jornais literários a publicação na forma de fascículos, de modo que o leitor poderia colecionar cada uma das edições, resultando ao final de um período, normalmente um ano, uma

coletânea completa, cuja leitura tendia a reproduzir-se ainda por certo tempo, ampliando-se o público atingido.

O avanço que o periodismo atingiria no quadro gaúcho à metade do século XIX daria vazão ao surgimento de algumas das mais tradicionais e longevas folhas rio-grandenses. Ocorreria então a gênese dos jornais diários, com uma razoável organização estrutural e tipográfica, circulação e distribuição regular e uma perenidade em suas propostas editoriais. Esses periódicos possuíam escritórios e oficinas próprios, bem como um certo número de funcionários, constituindo empreendimentos empresariais e comerciais, ainda que de pequena monta, normalmente ligados a negócios individuais, familiares ou de pequenos grupos. Normalmente apresentando-se como folhas noticiosas, comerciais e literárias, os jornais diários buscavam permitir ao público uma leitura diversificada que incluiria, além da matéria editorial, normalmente de caráter opinativo, o segmento noticioso, as matérias de interesse econômico, bem como as seções culturais, literárias e de entretenimento. Os anúncios passavam a ser uma marca registrada das folhas diárias, avançando progressivamente até o ponto de chegar a ocupar mais da metade das páginas das publicações, garantindo uma outra forma de amealhar rendimentos que não apenas a venda de assinaturas e número avulsos. A imprensa atingia nessa época lugar de destaque na província rio-grandense, proliferando-se a leitura de jornais, mormente através do aprimoramento tecnológico que permitia uma expansão do número de exemplares e, por conseguinte, da quantidade de leitores.

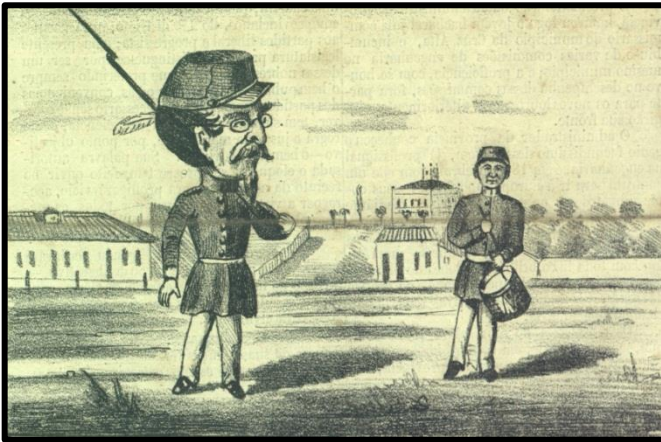
IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS



O jornal não servia apenas à leitura individual, de modo que seu conteúdo expandia-se através dos comentários sobre aquilo que estava escrito (*O Figaro*. Porto Alegre, 27 out. 1878)

A suavização dos debates partidários através dos jornais deu-se também pelo próprio contexto político nacional e regional. Após a antecipação da maioria e a eliminação dos últimos focos revolucionários, o país entraria numa fase de estabilidade política e econômica. Além disto, nessa época o Brasil iria envolver-se numa série de conflitos bélicos externos, em busca da hegemonia subcontinental, com destaque para as guerras contra os vizinhos platinos. Por ocasião das diversas questões platinas, se desenvolveria uma série de práticas conciliatórias e de coligação entre as frentes partidárias, uma vez que, diante do inimigo estrangeiro em comum, seria necessária a unidade nacional a mais plena possível para garantir o enfrentamento com esse adversário. Essas políticas de aproximação entre as diferentes greis partidárias trouxe certa calma às folhas

impressas que, na grande maioria dos casos, também se associariam aos constantes esforços de guerra, ainda mais no Rio Grande do Sul, uma frente de constante atrito com os países limítrofes. Durante os primeiros anos da Guerra do Paraguai, a mais grave e duradoura das questões platinas, permaneceria esse espírito de mobilização dos jornais em torno de uma causa em comum.



A mobilização para a guerra, representada pela preparação militar de um redator e seu auxiliar que fazem exercícios, prontos para engajar-se no esforço concentrado então vigente (*A Sentinella do Sul*. Porto Alegre, 27 out. 1867)

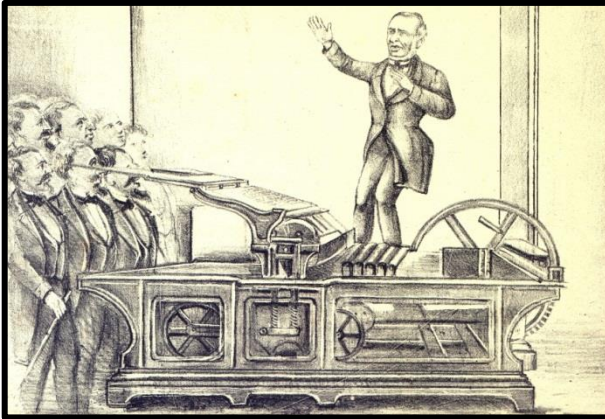
A duração do confronto bélico além do esperado, no caso da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, levaria a um desgaste na Monarquia Brasileira, a qual começaria a passar pelos primórdios do processo que redundaria na sua crise final. Por ocasião da falta de soluções na guerra contra o país guarani, o imperador promoveria a inversão partidária de 1868, apeando os

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

liberais e levando à ascensão dos conservadores ao poder. Tal mudança de partidos constituiria um momento de inflexão na vida política nacional, uma vez que, a partir de então, os desentendimentos entre os partidos passariam a agravar-se cada vez mais, num quadro em que, durante o decênio conservador, os liberais iriam aprofundar o espírito reformista de seu programa, ao passo que os mais radicais passariam a defender a ruptura com a forma monárquica, surgindo na esfera nacional o movimento republicano. A maioria dos jornais havia acompanhado o remanso político do II Reinado, embora alguns chegassem a criticar a falta de unidade ideológica nas frentes de coligação partidária até então em voga, reivindicando a ação de conservadores e liberais “puros”. A inversão de 1868, entretanto, significou também uma virada para a imprensa, uma vez que o debate partidário voltaria à ordem do dia nas páginas dos periódicos.

As agremiações partidárias passavam a enfrentar-se mutuamente por meio dos jornais que assumiam posturas que iam da aproximação, à simpatia, ao engajamento propriamente dito, até culminar com a assumida feição de órgão partidário. Os periódicos variariam seus comportamentos e estratégias discursivas, mas, em sua grande maioria, demonstrariam desde uma afeição a uma convicta e doutrinária pregação partidária. Nesse sentido, a imprensa voltava a ser, com maior ênfase, o veículo de propagação das disputas entre os partidos, entabulando-se uma outra etapa de conflitos discursivos por meio dos jornais. As grandes discussões brasileiras de então, resumidas nas questões envolvendo as chamadas reformas nacionais, encontraram nas páginas impressas

seus maior meio de difusão, de modo que o escravismo, o sistema eleitoral, o poder moderador, o senado vitalício e a própria forma de governo, foram apenas alguns dos temas debatidos à extenuação com a tinta dos periódicos.

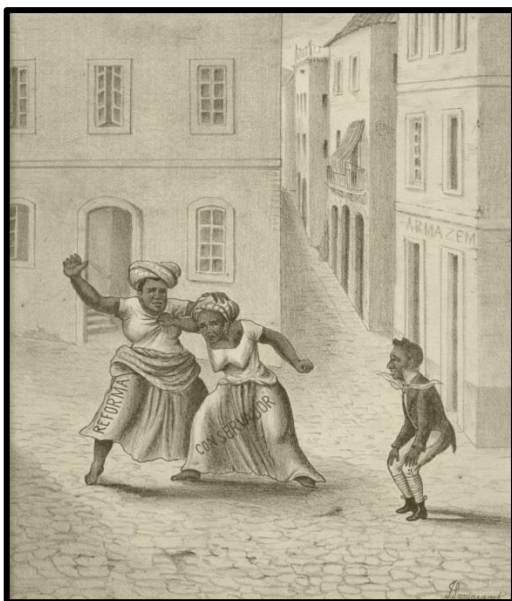


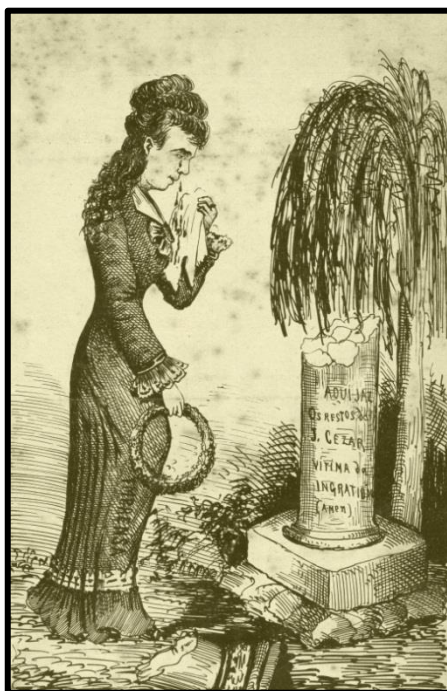
A apropriação da imprensa pelo partidarismo, representada pelo político que discursa sobre o prelo para atenta plateia (*O Diabrete*. Rio Grande, 17 out. 1880):

Por vezes o debate entre os jornais tornava-se tão áspero que se chegava a compará-lo a uma discussão de baixo estofa, no caso simbolizada por bate-boca (*O Diabrete*. Rio Grande, 14 nov. 1880) e briga entre escravas (*O Seculo*. Porto Alegre, 14 dez. 1884); acusava-se a imprensa de envolver-se nas questões pessoais, enlameando-se nos assuntos de ordem privada (*O Figaro*. Porto Alegre, 19 jan. 1879); apresentava-se a “dama/imprensa” chorando sobre o simbólico túmulo de um jornalista que teria se excedido em sua conduta (*Cabrimon*. Pelotas, 18 jul. 1880); ou ainda chegava-se a

IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

sugerir a falta de crédito de certas folhas tendo em vista a supremacia do opinativo sobre o informativo (*O Seculo*. Porto Alegre, 12 ago. 1883).





IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS



Em um primeiro momento, os debates por meio dos jornais concentraram-se, mormente, nas disputas entre liberais e conservadores que mais uma vez passaram a estabelecer um confronto de cunho discursivo, num constante processo de legitimação dos partidaristas e deslegitimação dos adversários. Para os liberais, que se consideravam defensores da liberdade e da implementação das reformas necessárias ao país, os conservadores seriam homens atrasados, retrógrados e anacrônicos em relação aos novos tempos e, portanto, não possuíam as soluções necessárias para corrigir os males do país. Já os conservadores, que se reputavam como os defensores da ordem, da tranquilidade pública e das reformas paulatinas e bem pensadas, acusavam os liberais de quererem a ruína do país através de

transformações improvisadas e irrefletidas, permanecendo a imputação da pecha de anarquistas e revolucionários, tendo em vista os movimentos que sacudiram o Brasil algumas décadas antes. Na concepção dos representantes dos partidos expressa através dos jornais, os adversários nunca tinham qualquer condição de ocupar o aparelho do Estado, por falta de patriotismo, deixando-se levar pelos interesses privados, por não possuírem quadros qualificados, por incapacidade administrativa, por não contarem com o apoio da opinião pública, por faltarem com a verdade, por serem mal-intencionados, por serem dilapidadores do patrimônio público, entre outras tantas supostas razões.

A cada uma das inversões partidárias que se desencadeariam a partir de então, recrudesceria o debate partidário por meio dos periódicos. Cada jornal convivia intrinsecamente com os efeitos das inversões que iam desde certas mudanças no modelo administrativo imperial, até as famosas derrubadas, que recompunham os quadros do funcionalismo público ao longo do país, de modo que as modificações, de ordem estrutural ou circunstancial, eram sentidas desde o contexto nacional, passando pelo regional e chegando ao local. Além dos conflitos entre liberais e conservadores, a imprensa também serviria à difusão do ideário emanado do movimento republicano que propunha a ruptura com a forma monárquica, desde os anos setenta no contexto brasileiro e a partir da década seguinte no caso rio-grandense. Houve entre os republicanos gaúchos uma enorme preocupação com a estruturação partidária, ainda mais tendo em vista a pouca representatividade eleitoral, e, para sua afirmação, o periodismo foi usado

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

como arma indefectível. À medida que se agravava a crise da monarquia brasileira, mais serviam os jornais para apontar os percalços que a afligiam.

Tanto os jornais diários quanto a pequena imprensa serviram assim muito a contento para difundir os enfrentamentos partidários. As estratégias discursivas é que variaram na exposição das convicções. Muito dos diários, normalmente alocados como representantes da imprensa denominada de séria, expunham-se mais abertamente em períodos mais ou menos específicos, notadamente durante processos eleitorais ou à época de inversões partidárias, buscando manter um certo equilíbrio entre a manifestação mais explícita de suas convicções e seus interesses de sustentação financeira. Mesmo assim, o engajamento partidário esteve latente e pronto para vir à tona, havendo diários mais diretamente partidaristas e outros que intentavam mesclar seu partidarismo com supostas e/ou propaladas independência e neutralidade. Já a pequena imprensa daria vazão natural às discussões de cunho partidário, opinando sem peias diante das realidades políticas que encontrava pela frente.

A pequena imprensa aparecia assim para ocupar um espaço no periodismo brasileiro e gaúcho não contemplado pelo norte editorial dos jornais diários. Convicta de suas discrepâncias em relação à imprensa dita séria, normalmente sustentadora de uma univocidade discursiva representada por um geralmente monolítico comportamento editorial, a pequena imprensa abusava de ser diferente, constituindo verdadeiro paradoxo discursivo, prenhe em ambiguidades editoriais. Distinguindo-se dos diários, cuja preocupação com a estruturação financeira era, por

vezes, gritante, os representantes da pequena imprensa, normalmente não contando com o incentivo do material publicitário, abriam suas páginas para estratégias discursivas as mais amplas, com destaque para o caráter opinativo, visando que sua sustentação se desse exatamente no interesse do público em adquirir suas assinaturas ou ao menos exemplares avulsos, ao divulgar o inusitado, o diferente e o pouco comum em relação aos jornais denominados de “sérios”.

Alguns dos mais importantes representantes da pequena imprensa rio-grandense-do-sul foram os jornais caricatos. Reproduzindo um fenômeno que se espalhava pelos maiores centros urbanos do país, a caricatura atingia enorme popularidade, agitando em muito a sociedade de então. Nas maiores cidades gaúchas, o impacto dos semanários caricatos era formidável, provocando verdadeiro rebuliço nas provincianas comunidades rio-grandenses. Sem maiores peias, esse gênero jornalístico, opinativo por natureza, usava com maestria a ironia, o bom humor e a crítica ferina, cáustica e/ou inteligente, notadamente a de cunho político, a moral e a de costumes. Grande parte da popularidade dos caricatos advinha da utilização da imagem, recurso não existente nos demais tipos de publicação e extremamente atrativo a uma parcela maior da população, chegando a atingir, ainda que indiretamente, inclusive os não-letrados. Mesmo mantendo um norte editorial baseado na sátira, os caricatos consideravam-se como defensores da moral e dos bons costumes, buscando distinguir-se da pasquinagem, além do que arguiam atuar como moralizadores da vida em sociedade, preocupando-se em denunciar os possíveis desvios e mazelas de ordem social. Ainda que

IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

humorísticos, os hebdomadários desse gênero, discutiam largamente conjunturas e contingências da vida nacional, regional e local, reproduzindo as realidades vivenciadas sob um prisma caricatural. Nesse sentido, muito do cotidiano de então, das piadas, dos trocadilhos, dos ditados populares e, enfim, das conversas das esquinas, dos bares e até da intimidade dos lares, encontravam eco nas páginas dos caricatos que as absorviam e abordavam abertamente.

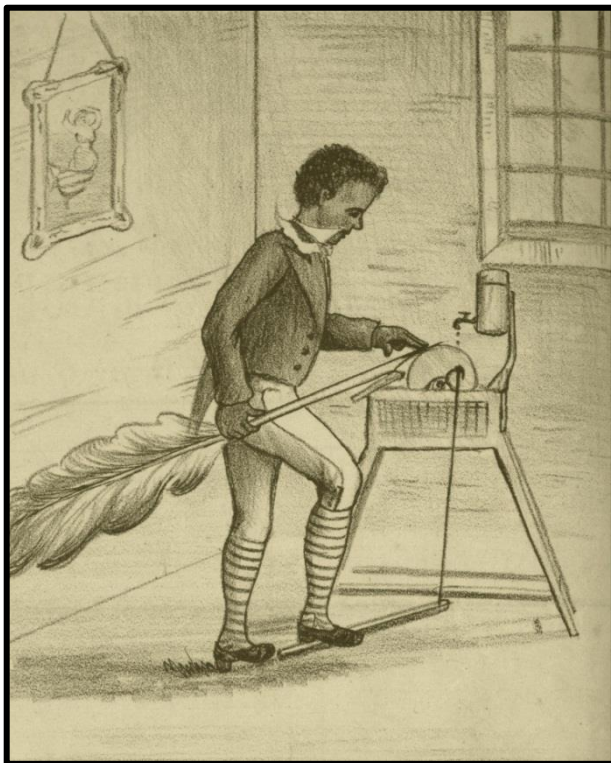


O caráter moralizador da imprensa caricata, demonstrado através da “dama/imprensa” que, arco e flecha à mão, atinge um periodista detrator (*A Ventarola*. Pelotas, 28 abr. 1889)



O bobo da corte encontra a imprensa (*A Ventarola*. Pelotas, 5 maio 1889)

IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS



O bobo da corte prepara-se para escrever e desenhar, “afiando” sua pena (*O Seculo*. Porto Alegre, 29 jun. 1884).

O bobo da corte foi a representação mais comum do periodismo caricato, uma vez que simbolizava bem o espírito desse gênero de imprensa, ou seja, ele é aquele que diz em tom duro as coisas agradáveis e em tom jocoso as terríveis

Assim, ao lado dos representantes do periodismo diário, caracterizado, em geral, por vidas bastante longevas, circularam através das várias localidades gaúchas um sem número de jornais de formato

reduzido, distribuição irregular e normalmente de circulação não tão perene. Além dos caricatos, vários outros gêneros compuseram a pequena imprensa sul-riograndense, com destaque para os literários e pasquins que continuaram a ser editados, além de jornais que representavam segmentos específicos da sociedade sulina, como trabalhadores, grupos religiosos, representantes das diversas colônias estrangeiras, setores ligados às atividades produtoras, entre diversos outros, cada qual com um norte editorial peculiar, visando mormente atingir uma parcela determinada da população. Estabelecia-se então um significativo processo de especialização da imprensa gaúcha, desenvolvendo-se folhas entabuladas para atingir um público alvo específico. A ideia fundamental permanecia a mesma, oferecer alternativas aos tradicionais padrões editoriais da imprensa diária.

A mudança na forma de governo representaria mais um ponto de inflexão no desenvolvimento da imprensa rio-grandense-do-sul. Muitos dos jornais até então existentes estavam plenamente coadunados com o jogo partidário imperial, normalmente mantendo relações de simpatia ou pleno engajamento com os partidos existentes. A partir do 15 de Novembro se daria uma ruptura nesse modelo de disputa partidária e vários daqueles jornais tiveram de buscar adaptar-se à nova realidade. No caso do Rio Grande do Sul, onde as disputas entre os que foram apeados do poder e aqueles que dele se apropriaram a partir da proclamação da nova forma de governo foram as mais acirradas, a desorientação de muitos periódicos foi notória. As incertezas da política, em muitos casos, faziam com que os inimigos de ontem passassem a ser os aliados de

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

amanhã, levando os redatores das folhas a recorrer a constantes alterações em suas estratégias e, por vezes, a verdadeiras alquimias discursivas em busca de orientar-se naquele oceano de indefinições.

Além das hesitações advindas dos tortuosos cursos da vida política, o periodismo viria a sofrer com um dos períodos de maior cerceamento à liberdade de expressão da formação histórica brasileira e sul-riograndense. Em contraste à época de amplas liberdades individuais como o fora em grande parte o II Reinado, os anos iniciais da República foram de profunda coerção à livre expressão do pensamento. Mesmo que muitas das lideranças republicanas tenham se utilizado em larga escala do direito à liberdade de imprensa para atacar com veemência a forma decaída em 1889, uma vez no poder, muitos desses indivíduos recusaram-se a conviver com a crítica, promovendo legislações extremamente coercitivas e ferrenhas perseguições às atividades jornalísticas. Em nome da “salvação da República”, os novos detentores do poder não pouparam esforços no sentido de amordaçar o periodismo, retirando a seiva editorial de muitas das folhas que se negavam a simplesmente ser seguidoras dos governistas.

Ainda em dezembro de 1889, os governantes republicanos publicariam seu primeiro decreto restritivo à imprensa, usando por argumento para tomar tal atitude que houvera a aceitação de toda a nação aos atos oriundos da “revolução de 15 de Novembro” e que seria papel dos detentores do poder não permitir o avanço dos inimigos dessa causa. Em verdade, não fora aceitação plena e sim conformismo o espírito que recepcionara a nova forma de governo, a ponto de ter

sido lapidada a clássica expressão dos “bestializados da república” para representar as formas de reação (ou falta delas) da população diante dos episódios de novembro de 1889, além disto, os inimigos do “novo regime” não eram necessariamente restauradores e sim, muitos deles, discordantes do modelo autoritário de que se impregnava a nascente república. Ainda assim, o decreto de dezembro de 1889 era colocado em prática, prevendo drástica punição aos possíveis implicados em divulgar qualquer pregação questionadora à nova forma de governo no meio militar. Não satisfeitos com tal medida, em março de 1890, através de outro decreto, os governistas ampliavam a abrangência do anterior direcionando suas punições tanto aos militares quanto à população em geral.

Os jornais receberiam golpes diretos a partir dessas legislações restritivas, as quais somava-se uma série de outras medidas coercitivas, como a censura, o acompanhamento muito próximo das autoridades públicas, os constantes chamados dos redatores e responsáveis pelas folhas para prestar contas à polícia, além de outras ainda mais radicais, como as ameaças, o aprisionamento, o empastelamento e até os assassinatos. Muitas folhas não se conformavam com aquele tratamento, manifestando-se abertamente contra as determinações restritivas, no que se convencionou denominar de “lei da rolha”. As principais reclamações se davam no sentido de que as medidas de coerção e punitivas direcionavam-se somente aos jornais ditos oposicionistas, neutros ou independentes, não sofrendo em nada as publicações governistas. Os atos que coibiram o periodismo de então tinham sérios efeitos sobre a imprensa, pois além de uma interferência de

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

ordem ideológica, quer seja, proibir que um jornal se manifestasse ou ao menos noticiasse livremente, eram criados atos que obstaculizavam a sua circulação, havendo inclusive, em muitos casos, interrupção, fenômeno que trazia em si a possibilidade da perda de credibilidade dos periódicos, ainda mais aqueles que tinham por marca registrada a manutenção da regularidade na distribuição.



Descrita como gladiadora honesta a “deusa/imprensa” buscava enfrentar a golpes de espada àqueles que queriam lhe tolher sua marcha luminosa, demarcando a vontade do

**periodismo em resistir ao clima coercitivo que lhe afligia
(Bisturi. Rio Grande, 18 out. 1891)**

À medida que os governantes republicanos consideravam que a situação política se estabilizava, ocorreria, ainda que breve, um abrandamento ao cerceamento à liberdade de expressão. A própria Constituição previa a plena liberdade de imprensa, mas esse dispositivo, muitas e muitas vezes seria simplesmente deixado de lado. No Rio Grande do Sul, as ameaças ao periodismo eram ainda mais vorazes, tendo em vista a crise política que se avolumava. O desacerto entre os novos donos do poder que buscavam consolidar um projeto de perpetuação no governo, calcado no exclusivismo partidário, e os antigos poderosos que foram alijados de suas posições tornava-se cada vez mais ferrenho, desenvolvendo-se um rastilho de pólvora que acabaria por redundar na deflagração de mais uma guerra civil. Era a Revolução Federalista, em que se enfrentaram os governantes republicanos, seguidores de Julio de Castilhos, e as várias facetas oposicionistas compostas por antigos liberais e conservadores, que viriam a ser conhecidos como federalistas, além de vários dissidentes republicanos. Mais uma vez a imprensa serviria a contento como arma ideológica dos grupos que se enfrentavam, estabelecendo-se novo conflito discursivo entre castilhistas, federalistas e dissidentes, cada qual possuindo, em várias das localidades gaúchas, seus respectivos periódicos que defendiam ardorosamente os aliados e atacavam com ferocidade os inimigos.

Como à época da formação do Estado Imperial Brasileiro, agora na edificação do Republicano, o Rio Grande do Sul aparecia como foco de instabilidade, de

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

modo que, tal qual nos campos gaúchos, os jornais respingavam sangue, em uma nova batalha de palavras promovida por meio de suas páginas. Mas o espírito coercitivo das autoridades governamentais não tinha sido abandonado e, justificando-se a partir das agitações oriundas da Revolução Federalista somada à Revolta da Armada, os governistas passaram a executar uma política de amplo cerceamento à liberdade de expressão, cuja culminância se daria com a publicação de decreto em outubro de 1893, que, mais uma vez em nome da “salvação da República”, coibia a liberdade de imprensa. Dessa vez, no entanto, a arbitrariedade atingia seus píncaros, ficando os jornais impossibilitados de divulgar qualquer tipo de notícia sobre a guerra que não tivesse por fonte as autoridades governamentais. Esse decreto de outubro de 1893 constituiria verdadeiro divisor de águas, uma vez que a partir dele os jornais sofreram a máxima opressão, obrigando-se a calar ou serem calados pela íntima vigilância policial. Como já era praxe, a coerção não se fazia sentir junto às folhas governistas que apresentavam a sua versão para os fatos de então. Muitos periódicos chegaram a tentar reagir, mesmo que simbolicamente ou ainda nas entrelinhas, como ao ironicamente afirmar que havia plena tranquilidade no estado, ou ao editar colunas em branco ou com grandes pontos de interrogação, demonstrando que muito havia a ser dito, mas que a eles era proibido dizê-lo, representando assim a ideia de que o silêncio discursivo também poderia ter uma significação. Ainda assim, as folhas não-governistas sofreriam drásticas consequências a partir de então, algumas delas irreversíveis, uma vez que lhes fora tirado muito de sua seiva editorial. As recuperações foram extremamente difíceis, muitos

periódicos tiveram suas circulações proibidas a fórceps, outros interromperam a edição à espera de melhores condições, outros ainda simplesmente viriam a desaparecer.



A imprensa sendo destruída por uma manopla, símbolo do poder e da repressão governamental (*Bisturi*. Rio Grande, 12 fev. 1893)

Após quase três anos de intensos combates em mais uma de suas guerras civis, fruto das disputas intra-oligárquicas, o Rio Grande do Sul passaria por um outro processo de pacificação e de reconstrução material e humana. Os ódios e paixões partidárias, entretanto, não

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

foram aplacados com o fim do confronto e, ao contrário, foram agravados, originando-se uma tradição de enfrentamentos que marcaria praticamente toda a história gaúcha ao longo da República Velha e que teria nos jornais, outra vez, seu mais importante veículo de propagação. Ao lado da continuidade de um periodismo que dava voz às disputas político-partidárias, uma mudança estrutural passava a ocorrer no jornalismo rio-grandense-do-sul a partir da virada do século XIX. Nessa época, em 1895, surgiria o *Correio do Povo*, folha que viria a constituir o protótipo do jornalismo que se anunciava. Trazendo inovações tecnológicas e buscando ampliar consideravelmente sua tiragem, o *Correio* progressivamente deixaria de ser uma folha exclusivamente porto-alegrense, expandindo sua circulação para várias comunas do interior, vindo, inclusive a concorrer com os periódicos locais. Além disto, desde a sua gênese, o *Correio do Povo* buscou sustentar uma propalada independência e neutralidade, diante dos latentes e tradicionais conflitos inerentes à política rio-grandense, inaugurando uma prática que se tornaria lugar comum no porvir. Ao intentar apresentar um norte editorial diferenciado e mudanças estruturais significativas, o *Correio* marcaria os primórdios da virada que estava por acontecer na imprensa gaúcha e brasileira, com a afirmação do jornalismo dito empresarial que viria, na centúria seguinte, e, através de constante consolidação, a redundar no estabelecimento da chamada grande imprensa.

Assim, a imprensa gaúcha do século XIX teve a sua gênese fortemente vinculada ao espírito partidário de um engajamento explícito, passando por uma constante diversificação e especialização de suas folhas,

resultando desse processo desde um grande número de jornais diários, longevos e regulares, representantes da imprensa dita séria, até uma enorme quantidade de representantes da pequena imprensa, envolvendo pasquins, caricatos, literários, entre tantos outros gêneros. Cada um desses jornais entabularia uma dada formação discursiva que nortearia seu caráter editorial, uma vez que foi inerente à sua ação a reprodução de uma dada faceta da realidade ocorrida, quer seja, a sua versão para os fatos. Ao construir um discurso, cada jornal edificava a sua própria verdade, visando transpor para o mundo do leitor, a sua perspectiva dos acontecimentos, de modo a cumprir o papel da imprensa, ou seja, imprimir hábitos e costumes, formas de pensar e agir, padrões de consumo, entre outros fatores. Constituíam-se então, no que tange ao periodismo, um conjunto de interações mútuas, pelas quais a imprensa influenciava a sociedade, mas também sofria a ação da influência desta, demarcando-se um constante processo dialógico que bem caracterizou as inter-relações extra, intra e inter-discursivas na edificação das práticas jornalísticas de então.

IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS



A imprensa, contra a vontade de seu interlocutor, garante que socorreria o povo, não permitindo que ele morresse à míngua, ao amamentá-lo com a verdade (Marui. Rio Grande, 9 jan. 1881)

Bibliografia

ALBERT, P. & TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALMEIDA, João M. Pio de. Gênese da imprensa no Rio Grande. *A Federação*. Porto Alegre: 7 set. 1922. p. 11-12.

ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Revista Comunicação & política*. v. 6. n. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1999. p. 245-257.

ALVES, Francisco das Neves. A imprensa. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf & PADOIN, Maria Medianeira. (orgs.). *História do Rio Grande do Sul - Império*. v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 351-372.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990. 2 v.

BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

CEZAR, João José. Notas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Anuário da Província para o ano de 1885*. Porto Alegre: Ed. Gundlach & Cia. Livreiro, 1884. p. 188-200.

EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, Associação Rio-Grandense de Imprensa, 1977.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

FORTES, Gabriel Borges. *Imprensa gaúcha: 150 anos*. Porto Alegre: SAMRIG, 1976.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LOURENÇO, Agostinho José. *Imprensa rio-grandense. A Federação*. Porto Alegre: 1º jan. 1923. p. 1-2.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, EDIPUCRS, 1994.

MELLO, Tancredo Fernandes de. Os primeiros jornais do Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1905*. Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia. - Livraria Universal, 1904. p. 129-137.

MELLO, Tancredo Fernandes de. A imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1907*. Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia. - Livraria Universal, 1906. p. 161-176.

OLIVEIRA, João de. Estatística dos jornais que se têm publicado no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1897*. Pelotas: Echenique, Irmão & Cia. - Livraria Universal, 1896. p. 231-239.

PORTO, Aurélio. Fundação da imprensa rio-grandense. In: *Terra Farroupilha*. Porto Alegre: s/editora, 1937. p. 216-236.

REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: o Rio Grande Antigo*. v. 2. Canoas: Ed. Regional, 1956. p. 241-264.

REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 101-124.

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1900*. Rio Grande: Editores Carlos Pinto & Comp. - Livraria Americana, 1899. p. 231-257.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1983. p. 26-35.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. v.13. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1985. p. 116-135.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SCHNEIDER, Edgar Luiz. Imprensa sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 81-101.

SILVA, Jandira M. M. et alii. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Scylla Soares da Silva e. A evolução da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Ed. Kosmos, 1942. p. 299-302.

VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

O ensino da História por meio dos jornais antigos: as imagens acerca dos atores político-partidários à época imperial*

Ensinar na atualidade, seja qual for a área do conhecimento humano, vem constituindo um desafio cada vez maior. Desmotivação discente, carência de recursos e precariedades de toda ordem no ambiente escolar e a desvalorização profissional dos docentes são apenas alguns dos fatores que poderosamente contribuem para um sério prejuízo das relações de ensino-aprendizagem na sala de aula. Quando se trata de ensinar História, tais obstáculos só tendem a aprofundar-se ainda mais, tendo em vista a escassa carga horária dedicada às ciências humanas e a pequena importância normalmente destinada a tal área do saber, colocada entre as “disciplinas menores” ou “periféricas”, amplamente menoscabada em relação a outros saberes considerados como prioritários, numa clara manifestação da reminiscência dos muitos períodos autoritários vividos pelo Brasil e mesmo do pouco gosto das autoridades governamentais em conviver com uma população mais esclarecida no que tange às chamadas humanidades. Além disso, os diversos “vícios”

* Texto publicado originalmente na Revista *Historiae*. Rio Grande: Editora da FURG, 2012, v. 3 (1), p. 19-36.

formados ao longo do tempo nas formas de promover o aprendizado da ciência histórica trazem consequências indelévels e efeitos que deitam raízes até a contemporaneidade.

Uma dentre as tantas possibilidades de promover-se algum tipo de transformação no ensino da História pode dar-se através de uma constante renovação nas fontes utilizadas para ensinar/ pesquisar os fundamentos de tal ciência. Nesse sentido, nas últimas décadas, vem ocorrendo uma ampliação do campo da história ensinada por meio da busca de temáticas novas e da pluralização das fontes utilizadas, de modo que os professores têm incorporado um diversificado número de materiais e problemas, evitando assim a exclusão de diversos sujeitos e ações históricas tradicionalmente operadas pelos manuais e programas de ensino (FONSECA, 2011: 161). Trata-se, portanto, de uma busca por trazer às escolas o desenvolvimento dos estudos históricos promovido nas universidades (PINSKY, 2009: 7), em uma verdadeira transposição didática do saber acadêmico para aquele promovido junto ao ensino fundamental e médio (MONTEIRO, 2007: 85), vencendo as resistências que inevitavelmente podem surgir, bem como estimulando as concordâncias, na busca de um processo de renovação (ABUD, 2007: 107).

Tal utilização de novas fontes pode levar em consideração a concepção renovadora do documento e de seu uso na sala de aula, de modo que o trabalho com documentação histórica possa ser encarado como um ponto de partida para a prática do ensino da História, bem como a oportunidade de que o professor possa ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

necessárias ao “saber-fazer” História (SCHMIDT, 2009: 117; SCHMIDT, 2010: 57). Dessa forma, é fundamental que tais objetos de estudo apareçam em todas as suas mediações e contradições, buscando-se reconstruir suas razões de ser a partir de suas próprias naturezas e fazendo emergir toda a trama de relações sociais que os constituem (BORGES, 1986: 33-34). Um desses documentos que podem ser levados direta/indiretamente à sala de aula é representado pela imprensa periódica. A utilização dos jornais como fonte para o ensino da História vem encontrando cada vez mais espaço nas discussões e propostas práticas acerca do tema, notadamente no que tange ao jornalismo contemporâneo (FARIA, 1996; FARIA, 1997; FARIA; ZANCHETA JR., 2002). Tais experiências levam em conta o fato de que a imprensa escrita, como fonte e objeto de estudo histórico, traz em si múltiplas possibilidades de análise (BITTENCOURT, 2011: 335). Essa prática de ensino-aprendizagem deve trazer em si a necessária superação das dificuldades advindas do trabalho com os periódicos, uma vez que, ao levar o pluralismo para a sala de aula, o jornal também leva para a escola uma história truncada, num quadro pelo qual surge o papel do professor que, com as opções de que dispõe ou escolhas que faz, é capaz de ensinar o aluno a ordenar e compreender o caos aparente (ABUD; SILVA; ALVES, 2010: 29-30).

Esses cuidados são ainda mais fundamentais se a análise recair sobre a imprensa do passado. A linguagem, a grafia, a organização editorial e as construções discursivas dos jornais antigos são obstáculos a ser enfrentados pelo professor, mas não motivo para a desistência da utilização de tais fontes

documentais. O estudo prévio da contextualização histórica e das condições de produção de um determinado jornal, ou seja, das relações inter, intra e extradiscursivas que cercam a sua publicação, são ações básicas para que o docente possa lançar mão de tal documentação, calcado essencialmente numa bibliografia de apoio e no conhecimento de causa acerca do seu objeto de estudo. Após aparar tais arestas, o professor poderá levar até seus alunos as informações/opiniões contidas no jornalismo de tempos pretéritos, não podendo deixar de lado considerações como as faixas etárias, as etapas de formação e o poder de interpretação/abstração de cada conjunto de estudantes com os quais pretende empreender o trabalho.

Dentre essa enorme gama de potencialidades de análise, uma das possibilidades recai sobre o estudo de jornais locais, propiciando, inclusive, uma comparação entre o jornalismo do passado e o dos tempos atuais. Os periódicos trazem em si uma quantidade praticamente imensurável de dados sobre as vivências humanas nos seus mais variados fundamentos, seja o político, o social, o econômico, o cultural, o ideológico, o religioso, entre tantos outros. A título de exemplo e proposta de trabalho, um dos possíveis estudos a ser levado ao alunado para promover o ensino da História está ligado às formas pelas quais os atores políticos, através dos jornais, construía suas imagens e desconstruía a de seus adversários na época imperial da formação histórica brasileira. Após algumas etapas de tendências conciliatórias entre segmentos do partido conservador e do liberal, essas agremiações passariam cada vez mais a se digladiar mais ferrenhamente, notadamente a partir

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

de 1868, quando, a cada inversão partidária no âmbito ministerial, a oposição entre liberais e conservadores intensificava-se (ver CHACON, 1985: 23-55 e 217-234). Através da imprensa periódica, em grande parte engajada partidariamente, os representantes das duas facções estabeleciam verdadeiro conflito discursivo, promovendo a discussão de suas respectivas formas de pensar e agir. Tal debate pode constituir um instrumento extremamente rico para o ensino da História daquela época, conforme o estudo de caso a seguir, levando em conta o periodismo que se desenvolveu numa cidade sul-rio-grandense do século XIX.

A cidade do Rio Grande representou uma das mais relevantes comunidades gaúchas durante os Oitocentos, constituindo-se no mais importante entreposto comercial da província sulina. Tal desenvolvimento permitiu a existência de um jornalismo de ponta para os padrões da época, com a publicação de folhas com padrões editoriais à altura das maiores cidades brasileiras de então. Esse conjunto de jornais, com coleções remanescentes e conservadas numa das mais antigas instituições culturais gaúchas, a Biblioteca Rio-Grandense, traz em suas páginas um riquíssimo manancial acerca das vivências e sociabilidades do século XIX e, dentre elas, o debate de cunho político-partidário. Os periódicos diários – longevos, de circulação regular e contínua e com significativa capacidade de organização comercial – tiveram níveis variados de aproximação com os partidos, os quais variaram da simples simpatia até o engajamento pleno, estereotipado na figura do “órgão partidário”. Nesse sentido, circularam na comuna portuária os conservadores *Commercial* (1857-1882) e *Echo do Sul*

(1858-1934), o liberal *Artista* (1862-1912) e o *Diario do Rio Grande* (1848-1910) que teve uma fase de aproximação com o partido conservador, para, posteriormente, aderir à causa da agremiação liberal (ver ALVES, 2002: 157-363). Mormente a partir de 1868, esses jornais, com níveis variáveis de intensidade, trabalharam na edificação de um confronto discursivo entre liberais e conservadores. Essas disputas partidárias também encontrariam eco junto à pequena imprensa, representada pelo gênero caricato que as apresentava sob uma feição crítica, opinativa e bem-humorada. Tais perspectivas destacadas a seguir de forma sucinta e esquemática podem constituir significativa fonte para o ensino da História da época em questão.

A visão dos conservadores

Uma das mais importantes estratégias discursivas da qual os conservadores lançaram mão no combate a seus adversários foi a de se considerarem como o “partido da ordem”, ou seja, aquele que respeitava as instituições, em oposição aos liberais, buscando legitimação constantemente na memória histórica das convulsões revolucionárias que sacudiram o país à época regencial e intentando imputar toda a culpa por tal instabilidade aos seus inimigos políticos que, por décadas, levariam a pecha de revolucionários, agitadores e deturpadores das instituições vigentes. Além disso, o discurso conservador fazia ampla propaganda de potenciais qualidades de seus sectários, ao passo que aos adversários restava a imputação de

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

todos os qualificativos negativos. Para os conservadores, os liberais seriam desnecessários, uma vez que estes só propalavam a respeito das reformas, ao passo que eram aqueles que efetivamente as realizavam. Além disso, o partido conservador orgulhava-se por promover as transformações nacionais de modo lento, gradual e refletido, contrariamente aos liberais que estariam sempre a gritar por reformas exacerbadas e impensadas. Tais premissas podem ser observadas a seguir.

► os conservadores como partidários da “ordem” e da manutenção das instituições nacionais:

- Argos vigilantes na guarda da tranquilidade pública
- compunham um partido que não cedia à ameaça de revolução, nem à grito inconsiderada de reforma
- defensores da constituição e da monarquia
- eram os propugnadores das doutrinas constitucionais, os amigos da ordem, a qual significava a liberdade coletiva
- representavam o partido que queria e desejava ardentemente o progresso refletido da nação, o engrandecimento e a prosperidade do país, conservando as suas melhores instituições
- realizadores das legítimas aspirações nacionais, aproveitando-se da experiência do passado
- faziam parte da agremiação da ordem que combatia a anarquia
- eram os portadores de ideias compatíveis com a prudência e a moderação, levando o país a seguir na sua marcha sempre progressiva, em direção a um alto ponto de prosperidade, sossego, melhoramentos materiais e importância

- timoneiros prudentes que guiavam o Estado, livrando-o da guerra civil, da bancarrota e até da separação das partes preciosas que formavam o seu todo
- queriam a liberdade plácida e tranquila e não o despotismo, a república e a licença
- representavam a bandeira da moderação, o paladino das garantias do povo
- integravam a massa compacta de homens sinceros, amigos de seu país que se reuniram para opor um dique à onda revolucionária que pretendia invadir o Brasil em nome da ambição e dos interesses particulares de alguns liberais
- não pretendiam dominar pela força
- jamais obrigariam os brasileiros a empunhar armas contra seus irmãos, querendo a liberdade sem derramamento de sangue

► **os liberais como representantes da “anarquia”:**

- compunham uma facção anárquica e turbulenta, detentora de tendências maléficas, antimonárquicas e revolucionárias, regida por doutrinas subversivas
- representavam um partido que confundia a liberdade com a anarquia e que defendia a resistência armada, quando fora do poder
- inimigos da ordem e sectários da anarquia
- integravam um agrupamento sem disciplina espiritual que conspirava perpetuamente contra todos os princípios da ordem
- pregoeiros da revolução, procuravam acender o facho das guerras civis, levando à ruína do país e à trucidação das famílias
- falsos apóstolos da liberdade que procuravam na revolução um meio para mais depressa subir ao poder

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

- energúmenos que desejavam inocular excessos políticos num país embasado na sólida prática de uma liberdade regulada pelas leis
- desejavam a anarquia, a ditadura e a república ensanguentada e descarnada com todos os seus horrores
- portadores de um caráter subversivo e revolucionário, deixando entrever violência, revoluções e sangue
- adeptos do arbítrio e da violência

► **os conservadores vistos como defensores das reformas paulatinas, moderadas e obtidas como fruto da reflexão, além do que seriam os verdadeiros reformadores da sociedade, pois assim agiriam de forma efetiva e não apenas no campo dos discursos:**

- indivíduos que buscavam o progresso feito com placidez de espírito e segurança, cujas ideias de reformas não constituíam passos arriscados e sim em medidas tomadas a partir de um maduro exame de suas bases, das possibilidades nacionais, estudando-as para conhecer se poderiam ou não ser dadas com toda a seguridade
- obedeciam às leis do aperfeiçoamento lento e gradual da sociedade
- consideravam as reformas como um melhoramento da legislação, um desenvolvimento das instituições e uma consolidação das garantias já consagradas
- a ideia conservadora não era sinônimo de regresso, nem emperramento, e sim, de reflexão, segurança, prudência, patriotismo e progresso pautado, sem entusiasmo louco, pretensioso e egoístico
- eram os verdadeiros liberais, votando leis libérrimas que os liberais tinham deixado esquecidas nos arquivos

- representavam os verdadeiros liberais brasileiros, pois, mesmo sendo alcunhado de partido retrógrado e estacionário, incompatível com o progresso, fora ele que dotara o país com diversas e importantíssimas reformas
- não eram refratários e sim os verdadeiros liberais

► **os liberais observados como defensores das reformas pelas reformas, realizadas de forma abrupta e sem pensar nas consequências, ou ainda propugnadores das reformas apenas no campo teórico, sem implementá-las na prática:**

- defensores de falsas teorias da liberdade, cujo único padrão político era negar as afirmativas dos conservadores, sendo oposicionistas por sistema e vivendo ao capricho de conveniências passageiras
- opressores e anarquistas, quando governavam, o poder não tinha limite, já na oposição, o poder não tinha direitos
- queriam reformas que significariam a ruína do que existia, a perturbação do regime constitucional e o aniquilamento das tradições
- sempre inquietos e exagerados, gastavam suas forças em declamar contra os conservadores, sem inspirar nenhuma confiança
- eram excelentes *fazedores* de ideias, mas absolutamente incapazes de realizá-las
- compunham um partido que não respeitava os próprios ideais, pois, sempre que no poder, esquecia o passado e adormecia nos colchões da indolência, promovendo a decepção e sendo abandonado por não entabular as suas tão decantadas reformas
- renegavam sua própria bandeira, pois seu programa não encerrava uma ideia que pretendessem realizar, e

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

sim um meio de popularidade para subir ao poder, mistificando a opinião pública

- eram um grupo composto de partes heterogêneas, apresentava um manto de arlequim para adornar o seu pretendido ídolo – a liberdade – e, para vencer, renegava num dia o que havia dito no anterior

► os conservadores apontados como cidadãos honestos e probos, defensores do patrimônio público:

- homens da probidade, dignos cidadãos, de consciência pura; no poder, eram cidadãos honestos, políticos de sinceras crenças e partidários firmes e intransigentes nos princípios

- levaram o país ao progresso e melhoramento moral

- homens eminentes, com grandes serviços prestados ao país e de cuja escola política saíram os princípios sempre aplicados no progresso do Brasil

- seu partido reunia em suas fileiras tudo quanto o Brasil possuía de mais ilustrado, benemérito e patriota

► os liberais qualificados como dilapidadores das verbas públicas:

- sinecuras que desfalcavam o erário para satisfazer o número avultado dos famintos convivas que se grupavam à volta da lauta mesa do festim do orçamento

- zangões que devoravam o mel com tanto labor fabricado na colmeia governativa e, passando pelo poder, acabaram com o progresso das finanças, deixando por herança a miséria e os embaraços

- eram uma planta parasita que nascera e se sustentara da seiva da massa da nação

► **conservadores descritos como políticos que exerciam o direito à expressão do pensamento baseado na verdade da imprensa e como honesto meio de divulgação de ideias:**

- pelejavam com moderação e bravura pela imprensa e pela tribuna, únicos campos de combate que o partido reconhecia para a conquista do poder
- não desciam ao terreno onde as paixões e os ódios se gladiavam, onde os caracteres se abstinham e os homens se amesquinham, observando os preceitos impostos pela lealdade e pelo cavalheirismo, não fazendo do insulto arma de ataque e não procurando vencer pela virulência da palavra
- nunca consentiam que o caráter de seus adversários fosse atado ao pelourinho da maledicência ou açotado pelo insulto, ou que fosse derramado o fel amargo da mentira sobre as reputações daqueles

► **liberais acusados de usarem a imprensa para divulgar mentiras e calúnias, por meio de estratégias difamatórias com intento de denegrir a imagem do adversário:**

- agiam com base na injúria e na intriga e, em vez de combater as ideias, esgotavam sua atividade em impotentes desabafos de desgraçada raiva; utilizavam o insulto por argumento, a injúria por sistema, declamando por estilo e gritando por hábito
- a imprensa liberal convertera-se em buzina difamatória, cujas armas estavam ensopadas no fel, no veneno da injúria e da calúnia, com que tentavam abater os mais nobres caracteres
- combatiam unicamente por vitupérios, inventando e propalando vícios e defeitos que não existiam

A versão dos liberais

Tendo a “liberdade” como palavra de ordem, os liberais muito insistiram no estabelecimento de uma construção discursiva que os colocava como representantes do progresso, ou seja, como aqueles que estariam preparados para as transformações que moviam o mundo, prontos a adaptar o país às novas circunstâncias e conjunturas, ao passo que consideravam os conservadores como retrógrados, que representavam o atraso, com ações anacrônicas em relação aos novos tempos que se avizinhavam. Os defensores do partido liberal buscavam se promover como aqueles que efetivamente poderiam executar as reformas nacionais e não procrastiná-las como faziam os conservadores. Além disso, qualificavam seus seguidores como homens honestos no trato da coisa pública e imputavam qualidade exatamente oposta aos seus adversários políticos. De acordo com tais concepções, os liberais seriam os homens que contavam com o apoio da opinião pública e estariam prontos para administrar o Estado, ao passo que os conservadores, sem apoio popular, não teriam as mínimas condições de gerenciar o país.

► liberais vistos como uma agremiação progressista, preocupada sempre com o avanço da pátria, com ações embasadas na honestidade:

- defensores de ideais adiantados, liberais e democráticos
- elementos adiantados que se identificavam com o progresso

das ideias da época e não consentiam que corresse desaproveitada

a grandeza do império de Santa Cruz

- representavam um partido forte e numeroso que promovia a máxima prosperidade do império
- caracteres distintos, incapazes de enganar a alguém

► **conservadores acusados de malversação dos dinheiros públicos:**

- não tinham patriotismo, nem critério, eram inimigos da pátria, esbanjadores dos cofres públicos, que reduziam o povo à miséria
- ninguém fizera ainda maior mal ao Brasil do que o partido conservador
- convertiam o país num campo de insolentes explorações, cevando suas ambições e cobiça à custa do suor dos contribuintes
- esbanjavam o dinheiro público em proveito dos apaniguados, não o aplicando nas necessidades da nação
- especuladores que prejudicavam as finanças nacionais e aviltavam os princípios da honestidade e da moralidade

► **liberais apontados como os propugnadores das reformas necessárias ao avanço do país:**

- defensores do progresso com moralidade e da liberdade que era o lema da bandeira liberal
- levavam em frente a missão de empreender as grandes reformas nacionais, permitindo que o povo viesse a intervir na administração do país, assumindo a responsabilidade de seus destinos

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

► conservadores qualificados de retrógrados, reacionários, não estando prontos para adaptar-se às transformações do mundo:

- embasados em princípios retrógrados, praticavam uma política rotineira e uma administração timorata
- partido sem ideias, sem princípios, sem objetivo econômico e social, preso à rotina, não estava apto a administrar o país numa época de constante e ininterrupta evolução e desenvolvimento
- mantinham uma ideia única e predominante de resistir a todas as aspirações nacionais, sob o lema da conservação própria

► liberais contando com o apoio da opinião pública:

- partido que estremecia pela salvação da pátria, reconhecendo a necessidade de modelar seus atos nas bases mais largas da opinião popular

► conservadores apresentados como não contando com o apoio ou tendo qualquer identidade com a opinião pública:

- não era um partido digno das simpatias da nação e das preferências do eleitorado patriota e independente

► liberais vistos como políticos de valor e capazes:

- verdadeiros patriotas, amigos sinceros de seu país
- agremiação que tantos e tão assinalados serviços tem prestado ao Brasil

► conservadores imputados de nulidades políticas e maus homens públicos:

- mediocridades políticas que pouco ou nada faziam pelo país

O olhar da caricatura

Sem necessariamente apresentar algum tipo de engajamento partidário, mas com uma visão calcada na crítica política, os jornais caricatos também reproduziram, a seu modo, as disputas entre os partidos conservador e liberal à época monárquica. Unindo o inexorável apelo visual da imagem com manifestações carregadas de espírito crítico, refinada ironia, inquebrantável humor, ferino gracejo e/ou incisivas pilhérias, a imprensa caricata traduziu uma versão caricatural da realidade por ela retratada. A cidade do Rio Grande também teve destaque no gênero caricato, com a publicação de várias folhas que divertiram/infernizaram a sociedade de então. Dentre elas, tiveram maior relevo o *Diabrete* (1875-1881), o *Marui* (1880-1882) e o *Bisturi* (1888-1893), todas folhas com expressiva qualidade editorial para os padrões de então (ver ALVES, 2002: 390-469). Nelas a contenda entre as agremiações partidárias era vista sob o prisma da graça e da crítica, além do tom moralizador, que normalmente os caricatos traziam em seus olhares, como se pode observar nos exemplos a seguir que revelam as amplas possibilidades de uso didático para tais fontes, reforçadas pela presença da imagem como um potencial catalizador de atenções.

Em uma dessas representações, em um ambiente que lembrava um misto de teatral e carnavalesco, as duas frentes partidárias, representando governo e oposição, cercavam o indivíduo que designava o governo e que, fundamentalmente, distribuía as verbas públicas, cada qual fazendo exigências mais acintosas

IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

em relação aos seus respectivos interesses (DIABRETE, 9 mar. 1879: 4-5). As duas representações que disputavam a “ceia chamada orçamento” eram simbolizadas por figuras femininas – as “cocotes” –, ou seja, a mulher mundana ou a meretriz elegante, revelando a forma pela qual o jornal pretendia apresentar os atores políticos de então. O contexto teatral ou carnavalesco contribuía ainda mais com tal visão negativa, tendo em vista os preconceitos e moralismos que muitas vezes pairavam em torno de artistas ou frequentadores do carnaval, considerados como lugar e época bastante perniciosos, ainda mais quando se tratava de mulheres (Figura 1).



Figura 1

O mesmo jornal mostrava o confronto entre representantes dos partidos imperiais, como em uma tourada (DIABRETE, 20 jul. 1879: 4). Na caricatura, o enfrentamento da habilidade e maestria do toureiro em

relação à força do touro, características normais de tal atividade, era substituído pela ironia bem-humorada e crítica em relação a um toureiro cujos movimentos lembravam mais um bailarino, enquanto o touro, metamorfoseado em figura híbrida – humana e animal –, parecia perdido na arena da disputa. Mais tarde, o *Marui* mantinha o espírito crítico, ao mostrar os responsáveis pelas publicações periódicas político-partidárias como crianças chorosas a brigar pelos brinquedos, parte deles completamente destruídos. A figura que representava o governo era caracterizada como um “joão-bobo”, brinquedo que não pode ser derrubado. A legenda era: “A oposição e o governo – Não há meios que possa derrubá-lo. Isso mesmo é para se desesperar!!...” (MARUI, 10 mar. 1880: 4). Apesar de designados como figuras infantis, na representação dos políticos eles mantinham suas feições adultas, o que só aumentava o tom ridículo que a folha pretendia dar à cena (Figuras 2 e 3).

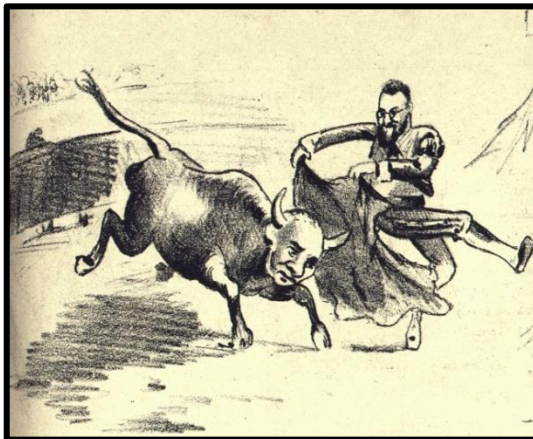


Figura 2

IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS



Figura 3

As disputas político-eleitorais entre liberais e conservadores era também simbolizadas pelo *Marui* como uma rinha de galos, na qual o representante daqueles saía vencedor em relação ao destes. A legenda era direta e incisiva, designando a voz dos vitoriosos: “Canta, meu galo velho! Ainda desta vez triunfastes” (MARUI, 6 nov. 1881: 2). O galo vencedor aparecia em pé, triunfante, dominando com as patas o contendor derrotado. Anos depois, já nos estertores da forma monárquica de governo, o *Bisturi* mostrava cena parecida. Mais uma vez o galo vencedor era o liberal, aparecendo o desenho sobre a sucinta legenda: “Resultado das últimas eleições” (BISTURI, 8 set. 1889: 8). Em ambas as figuras, os galos apareciam como um

misto zoomórfico/antropomórfico, ou seja, corpo de animal, mas com cabeça e feições humanas, para facilitar a identificação dos personagens retratados. Nesta última caricatura, além do galo vencedor, em postura altaneira em relação ao derrotado, aparecia uma terceira ave que, ao largo, espreitava, de barrete frígio, representando os republicanos e refletindo os novos tempos que se avizinhavam. O teor crítico não ficava de fora, já que desenhar as disputas políticas como uma briga de galos não deixava de ser uma forma de menosprezá-las (Figuras 4 e 5).



Figura 4

IMPRENSA PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS



Figura 5

Assim, tais exemplos podem ser utilizados a contento no que tange às práticas do ensino da História, revelando um brevíssimo estudo de caso acerca da relevância dos jornais antigos como fontes para o aprendizado dessa ciência. O irreversível avanço dos meios de comunicação de massa revela que a sua utilização como objeto de estudo é inevitável para um melhor aprendizado, e seus congêneres do passado, mormente o jornalismo impresso do século XIX, podem também acompanhar tal constatação. Dessa forma, no atual contexto, não é mais possível uma atitude de omissão, negação ou mesmo de desprezo por parte do professor em relação à imprensa periódica, cabendo a ele o papel de decodificador de mensagens e informações, incorporando-as ao processo de ensino e aprendizagem, no dia a dia da sala de aula (FONSECA, 2003: 213). Tais fontes podem trazer em si a viabilidade da realização de

ações fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, como despertar o interesse dos alunos, demonstrando a atualidade de fenômenos cronologicamente remotos, capacitar os estudantes no sentido de perceberem a historicidade de conceitos, demonstrar com clareza certos usos e abusos da História, perpetrados por diferentes agrupamentos, e possibilitar a crítica a dogmatismos e “verdades” absolutas que foram plasmadas ao longo da história (PINSKY; PINSKY, 2010: 25-26).

Esses breves fragmentos apresentados, uma vez mediados pelo professor e dosados de acordo com as peculiaridades intrínsecas de seu alunado, podem resultar em profícua experiência no *modus operandi* do ensinar História. A partir deles abre-se a possibilidade de o estudante conhecer um microcosmo da vida brasileira do século XIX e alguns detalhes do cenário político dessa época, podendo fazer ilações e comparações entre política, sociedade, economia e ideologia. Também fica possibilitada a perspectiva de inter-relações entre o passado e o presente, na medida em que podem ser trabalhados conceitos como o de fidelidade partidária, além de questões presentes hoje em dia como fisiologismo, partidarismo e convicções ideológicas (ou a falta delas), relações de poder e formas de tratamento entre aliados e adversários partidários. O tom crítico dos jornais pretéritos serve ainda, no que tange às interfaces presente-passado, para despertar interesses e percepções referentes a fenômenos recorrentes à história brasileira como no caso da corrupção política. Fica assim expresso um modesto exemplo dos tão amplos caminhos que podem ser

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

traçados a partir da imprensa periódica na ação de ensinar História.

Bibliografia

ABUD, Katia Maria. A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, A. M. F. C.; GASPARELLO, M. S. M. (Orgs.). *Ensino da História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2007. p. 107-117.

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, Vavy Pacheco et al. *O ensino de História (revisão urgente)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1996.

FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FARIA, Maria Alice; ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 11.ed. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. 13.ed. Campinas: Papirus, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, L. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 54-66.

A imprensa conservadora na cidade do Rio Grande e a inversão partidária de 1868*

A imagem política construída a respeito do Segundo Reinado de uma estável e tranquila alternância partidária na ocupação do poder, idealizada por vários escritores, não corresponde à realidade dos acontecimentos que marcaram o cenário político brasileiro de então. Traumáticas, as mudanças ministeriais traziam em si toda uma alteração nos quadros políticos e, principalmente, burocrático-administrativos nos contextos nacional, regional e local, despertando, por parte tanto do partido ascendente, quanto do decaído, várias formas de reação que se manifestavam, entre outras, através da tribuna e da imprensa. Em meio à grave crise promovida a partir da continuidade da Guerra da Tríplice Aliança, a inversão partidária de 1868, com a saída dos liberais e a ascensão dos conservadores ao controle ministerial, marcaria uma agudização cada vez mais profunda do confronto político e programático entre os dois partidos imperiais. Nesse sentido, 1868 demarcou um momento de inflexão na vida política brasileira, desencadeando-se a partir daí

* Texto publicado originalmente na Revista *Scientia historica*. Rio Grande: Associação dos Pós-Graduados em História da Cidade do Rio Grande, 2002, v. 1, p. 9-24.

o processo que, ao longo das décadas seguintes, levaria à desintegração da forma monárquica de governo.

Nesse quadro de disputas partidárias, a imprensa exerceria um papel fundamental, servindo os jornais para legitimar e/ou deslegitimar as atitudes e ideais das duas agremiações em disputa. Dessa forma, tanto conservadores quanto liberais faziam-se manifestar através do jornalismo, entabulando suas respectivas construções discursivas no intento de defender os partidários e atacar os adversários políticos. Levando em conta a conjuntura provincial, na cidade do Rio Grande circularam alguns dos mais tradicionais periódicos que, de forma mais direta ou indireta, aberta ou velada, discreta ou incisiva, vincularam seus escritos a um dos lados da disputa entre o Partido Liberal e o Conservador. Em 1868, circulavam quatro jornais diários na cidade portuária da Província do Rio Grande do Sul, o *Diario do Rio Grande*, criado em 1848, *O Commercial*, editado desde 1857, o *Echo do Sul*, circulando desde 1858, e o *Artista*, publicado desde 1862. Desses jornais, os três primeiros estavam ligados aos conservadores, naquele momento histórico (o *Diario do Rio Grande*, posteriormente mudaria sua filiação) e o estudo da legitimação discursiva empreendida, respectivamente, pelo *Diario*, pelo *Commercial* e pelo *Echo*, diante da ascensão do Partido Conservador ao poder, em 1868, constitui o objetivo deste trabalho.

A inversão partidária de 1868: os primórdios da derrocada monárquica

A partir do final dos anos sessenta, as disputas entre os partidos Liberal e Conservador se acirrariam de modo crescente. Basicamente, a identidade partidária e o ponto de conflito entre eles se davam em torno das formas de empreender as reformas políticas e econômico-sociais; em geral, os liberais eram defensores de uma política reformista mais incisiva, ao passo que os conservadores pretendiam um processo mais gradual. Muitas vezes, porém, foram os conservadores que promoveram as reformas, no intento de “esvaziar o programa liberal”, resultando daí “uma fragilidade básica no sistema político imperial”, pois, “os liberais não conseguiam implementar as medidas que sua ala reformista propunha”, enquanto que “os conservadores as implementavam mas à custa da unidade partidária”¹⁰. As inversões partidárias entabuladas desde então levaram a cisões ainda mais profundas entre as duas agremiações, na alternância de posturas oposicionistas/situacionistas de acordo com o *status quo* político de cada momento. As alterações do partido à testa do governo traziam certa instabilidade, já que estas substituições implicavam em “verdadeira reviravolta administrativa, pois se verificavam as famosas *derrubadas*”, pelas quais ocorriam drásticas mudanças na ocupação do aparelho do Estado, desde o primeiro escalão do governo até os mais simples funcionários públicos. Dessa maneira, “da

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981. p. 174-175.

capital às províncias e aos municípios era uma comoção geral, pelas novas administrações surgidas”, de modo que a “mudança de situações provocava insegurança e temor geral”¹¹.

A inversão partidária de 1868 representou verdadeiro divisor de águas no sistema de alternância partidária do II Reinado, constituindo-se num dos fatores a desencadear o processo de ruptura que levaria à derrocada da forma monárquica. Tendo em vista o extremo desgaste humano, material e moral promovido a partir da prorrogação da Guerra do Paraguai e a crise financeira advinda de tal conflito, o soberano optou por uma mudança de situação, afastando os liberais e trazendo o Partido Conservador de volta ao poder, com a substituição do Gabinete Zacarias pelo Itaboraí. Mudavam-se, então, as circunstâncias, já que “nos meados do século, a ordem imperial atingira o clímax, com a centralização, o monarquismo sem contestações, a sociedade dominada pelo Estado”, com os partidos entrando “em recesso, calados e reverentes”, parecendo que “os ódios antigos” estavam “mortos, as revoluções sepultadas, extintos os protestos” e, enfim, “o progresso nos moldes europeus empolgava a corte florescente e renovada”. No entanto, no seio desse “remanso imperial”, formavam-se “ondas novas que turbavam a pacífica superfície”, pois “o fermento da rebeldia não fora aniquilado; cavara, apenas, um leito subterrâneo,

¹¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 167.

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

onde continuou a fluir, sufocado”, vindo à tona, porém, com toda a força, por ocasião da inversão de 1868¹².

Desse modo, “a queda do Gabinete Zacarias não foi um fato banal na história política” brasileira, pois “profundas seriam as consequências de sua retirada no desenvolvimento do país”. Porém, não foi o simples fato “da queda do gabinete que marcou os tempos posteriores”, e sim o que estava por trás de tal acontecimento, “com os difíceis problemas platinos, a política continental e o papel do Brasil”, além do “prestígio cada vez maior do militar, agora interferindo em tudo, com suas reivindicações” e com o peso de sua autoridade armada. Havia ainda “a necessidade de extinção do trabalho escravo, uma vez que esse estatuto diminuía o prestígio nacional entre os demais países”, vindo a culminar “na pregação republicana”. A partir de então, extremaram-se “de novo os partidos, agora bem estruturados e com objetivos mais nítidos”, de modo que os mais exaltados passariam a “formar na corrente adversa à Monarquia”¹³. Produzia-se, assim, “uma

¹² FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975. v. 1. p. 443. Segundo o autor, “desse ano de 1868 se projetará à ruína do Império, (...) não pelo golpe de Estado que arrebatou o posto a um gabinete com maioria na Câmara dos Deputados – fato com muitos precedentes – mas pela ruptura do quebra-mar construído pela mais fina arte monárquica, sem que a Coroa, insensível à violência da tempestade, nada ceda para conjurar o desastre” (p. 444-5).

¹³ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1976. v. 5. p. 111. De acordo com o historiador: “É profunda recomposição de

clivagem na história política da Monarquia Brasileira”, demarcando-se “o ponto de partida mais visível da deterioração do regime”¹⁴.

Essa inversão partidária traria profundas mudanças no conteúdo programático do Partido Liberal. O setor mais moderado da agremiação partiu para a proposta de reformas mais amplas, como a descentralização administrativa para as províncias; maior liberdade para o comércio e a indústria, com a derrogação de privilégios e monopólios; garantias efetivas de liberdade de consciência; liberdade de ensino; a reforma eleitoral; a reforma policial e judiciária; a abolição do recrutamento; a abolição da Guarda Nacional; e a emancipação dos escravos¹⁵. O princípio de que o rei deveria reinar, mas não governar foi levantado como uma bandeira ainda mais alta pelos liberais, recém-derrubados do governo, que

forças e programas o que se opera em 1868. Depois dessa data, começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1868 começa o seu declínio, até chegar à queda em 1889. Ele já revelara o seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ia viver quase que vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período de esplendor e abre o de crises que levarão à sua ruína” (p. 112).

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1977. v. 7. p. 7.

¹⁵ CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e prática dos seus programas*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985. p. 225-8.

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

passaram também a exigir a supressão do Poder Moderador¹⁶. Já os segmentos mais radicais do Partido Liberal optaram pelo rompimento com a forma de governo vigente, aderindo ao ideal republicano. Algumas das proposições dos republicanos brasileiros viriam a ser expressas no Manifesto de 1870, documento que, apesar de propor o final da Monarquia, se constituía num libelo antirrevolucionário, transigente e deixando em aberto a possibilidade de novas adesões¹⁷. Os conservadores, por sua vez, apesar de ocupando o poder na maior parte do tempo das duas décadas seguintes, enfrentariam sérios problemas, mormente ligados à implementação das reformas, as quais levaram à constante fragmentação interna do partido¹⁸. Esse decisivo momento da vida política brasileira foi retratado/interpretado através das páginas da imprensa conservadora rio-grandina.

¹⁶ ver: PAIM, Antônio. A discussão do Poder Moderador no Segundo Império. In: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Ed. da UnB, 1982. p. 17.

¹⁷ Observar: PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973. p. 41-7.

¹⁸ A respeito desse momento político, no quadro regional, ver: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 108-113.; e PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991. p. 57-62.

O Diário do Rio Grande

Desde a sua fundação, em 1848, o *Diário do Rio Grande* serviu à causa conservadora. Ainda que orientasse seu plano editorial predominantemente à parte informativa e comercial, buscando apresentar uma posição de independência diante dos partidos, o jornal, principalmente nos momentos mais críticos, como eleições ou inversões partidárias, fazia manifestar suas convicções políticas. Nesse sentido, a inversão de 1868, com a retomada do poder pelos conservadores, levaria o *Diário* a uma incursão nas discussões de cunho político-partidário, com uma maior intensidade no final daquele ano e durante o seguinte. Nesse quadro, o jornal conclamava a população a confiar na Monarquia, no Governo e no Conselho de Estado, “composto das mais robustas inteligências do país” e “dos homens mais eminentes”, que saberiam “salvar a pátria, em crises momentosas porque tivesse de passar” (19 jul. 1868).

Segundo a folha, “jamais para o Brasil e para os amigos de suas instituições, se desenhara situação tão fagueira, como a da elevação ao poder do Partido Conservador”, através da “sábia deliberação da Coroa” de 16 de julho de 1868. Assim, teriam sido chamados para guiar o país “os homens da política que encontravam na Constituição e na lei, recursos para vingar e defender a dignidade nacional”, bem como “para consolidar a ordem pública e promover a sua prosperidade, sem precisar de ditaduras” (9-10 nov. 1868). A oposição liberal era encarada pelo diário rio-grandino como defensora de “falsas teorias de liberdade” que, “para impugnar a doutrina

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

constitucional”, tentava “iludir o povo” (12 nov. 1868); estando “dominada pelo espírito de uma contradição perpétua”, de modo que “seu padrão político” consistia em “negar as afirmativas dos conservadores”, sendo “oposicionistas por sistema”, obedecendo “cegamente a uma ação fatal” e vivendo “ao capricho de conveniências passageiras”, as quais poderiam “satisfazer ressentimentos pessoais, mas que nunca contentariam as exigências do espírito público”. Mantendo o argumento da ameaça revolucionária representada pelos liberais, o jornal afirmava que “em abstrato, a oposição se proclamava liberal, porém na prática apenas se poderia chamar revolucionária” (24 out. 1868).

O *Diario* qualificava os díspares procedimentos dos liberais no governo e na oposição¹⁹ e procurava desacreditar os pronunciamentos dos liberais, apontando que os mesmos não tinham um ideário bem definido, uma vez que agiam com base na “injúria ou na intriga” e, “em vez de combater por ideias, esgotavam a

¹⁹ Segundo a folha: “Se o sentido da palavra liberal fosse na prática o que é na teoria, os liberais seriam os defensores de todos os direitos do homem e portanto da ordem, máximo direito da sociedade. A experiência tem demonstrado o contrário; os liberais são opressores e anarquistas. Sacrificaram o dever à conveniência e o direito ao interesse. Quando governam, o poder não tem limites; quando estão na oposição o poder não tem direitos. Quando estão de posse do poder todos os excessos se explicam pela necessidade de consolidar a liberdade; quando caem do poder todos os excessos são permitidos e até louváveis para salvar a liberdade. Com este falso nome de liberais santificam todas as baixezas e glorificam todos os crimes. A história confirma estas desgraçadas verdades” (6 nov. 1868).

sua atividade em impotentes desabafos de uma desgraçada raiva" (20 nov. 1868); e, "de longa data", utilizavam-se "do insulto por argumento", vindo a injuriar "por sistema, declamando por estilo e gritando por hábito" (21 nov. 1868). De acordo com o jornal, "nunca, em verdade, partido político digno do seu nome resvalou a nível tão baixo, como a parcialidade denominada liberal" (11 abr. 1869). Ao responder a uma folha da agremiação adversária, afirmava que "os difamadores por profissão não cansavam, tudo injuriavam, tudo enxovalhavam", chamando os jornalistas liberais de "réprobos para quem as admoestações decentes nada valiam" (3-4 maio 1869).

A folha fez campanha aberta por candidatos conservadores, apontados como "rio-grandenses honestos, considerados, inteligentes e cheios de serviços prestados ao país" (5 fev. 1869); além de proclamar que a cidade do Rio Grande, que "amava as instituições políticas, que eram a garantia da ordem e tranquilidade", não poderia "acompanhar o partido que confundia a liberdade com a anarquia" e que defendia "a resistência armada, quando fora do poder" (9-10 nov. 1868), em referência direta aos adversários liberais. Para o diário rio-grandino, os conservadores no poder representavam a garantia das instituições nacionais, pois considerava que "o Partido Conservador não cederia à ameaça de revolução, nem à grito inconsiderada de reforma", obedecendo, isto sim, "às leis do aperfeiçoamento lento e gradual da sociedade, meditando e avançando"; ao estar "resolvido a combater a propaganda revolucionária de reformas na Constituição, abria franco caminho às legítimas aspirações da liberdade", não se recusando "a mover todos os obstáculos" para que as mesmas se

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

completassem, desde que respeitada a “sua divisa de desenvolver progressivamente os grandes e fecundos princípios constitucionais” (17 set. 1869).

O Commercial

Criado em 1857, *O Commercial*, como seu próprio título lembrava, dedicava-se essencialmente à divulgação das atividades mercantis, ficando conhecido pela sua seção dedicada às lides comerciais na portuária cidade do Rio Grande. Quanto aos vínculos políticos, ainda que buscando isentar-se das discussões, o jornal filiava-se ao pensamento conservador e, de acordo com tal convicção, publicou, dos últimos meses de 1868 até o início de fevereiro de 1869, uma série praticamente diária de artigos denominados “A situação: com o povo e pelo povo”, nos quais, de forma doutrinária e sistemática, buscava explicar as contingências políticas de então. Para o periódico, o partido situacionista estava realizando um grande serviço ao país, corrigindo os erros cometidos à época dos liberais no poder. Nessa linha, a folha encetava a construção do conflito discursivo pelo qual se estabelecia a visão do adversário – o Partido Liberal – enquanto dedicava grande espaço ao enaltecimento dos feitos do “partido da ordem”. Ao promover pronunciamentos de natureza política com uma veemência até então não praticada, a publicação mercantil intentava preparar a opinião pública para as eleições que viriam a se realizar, movendo forte campanha de apoio aos conservadores.

Na opinião da folha, o Partido Conservador constituía-se no legítimo representante do liberalismo, uma vez que seus membros “não eram refratários” e sim “os verdadeiros liberais”, já que queriam “a liberdade plácida e tranquila e não o despotismo, a república e a licença”, pois tinham “a liberdade debaixo de um ponto de vista muito mais sublime e grandioso do que aqueles que se diziam verdadeiros liberais”. Destacando o “risco revolucionário” representado pelos liberais, o jornal explicava que os conservadores queriam “o progresso e o bem-estar da Pátria e dos seus cidadãos”, não desejando “dominar pela força” e não fazendo com que os brasileiros “empunhassem armas contra seus irmãos”, querendo “a liberdade sem derramamento de sangue”; ao passo que os liberais desejavam “a anarquia, a ditadura e a república ensanguentada e descarnada com todos os seus horrores”²⁰ (9-10 nov. 1868).

²⁰ Ainda com respeito ao caráter “subversivo e revolucionário” do Partido Liberal, o jornal afirmava: “A declaração do consistório liberal deixa entrever violências, revoluções, sangue e outras belezas que não podem ser aceitas no Império, porque o povo, por tristes experiências, tem reconhecido que, se prestando para estas lúgubres cenas, nada tem conseguido, além de formar vistosas escadas, para com mais facilidade por elas subirem alguns ambiciosos, quase sempre ingratos e poucas vezes sinceros advogados dos privilégios. Estas lições dos tempos estão presentes à memória de todos e tem sido transmitidas de famílias a famílias, como uma funesta recordação das paixões políticas, e uma condição que nunca deve ser aceita pelo povo, embora lhe prometam os mais felizes resultados. E ademais, é pobre de justiça e de direitos a

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

O jornal buscou estabelecer uma imagem extremamente negativa dos liberais os quais deveriam ser sempre combatidos, referindo-se à agremiação liberal como “uma planta parasita, que nascera e se sustentara da seiva da massa da nação”; diante do que, “em todos os tempos e em todas as condições”, reunira-se “a maioria da nação”, para combater às “exageradas, senão injustas pretensões” liberais, sustentando, assim, “a todo transe”, a “independência e a manutenção das instituições”, reagindo ao “radicalismo” daqueles e “afastando da gestão dos negócios públicos, os espíritos díscolos e deslumbrados”, substituindo-os por elementos portadores de “ideias compatíveis com a prudência e a moderação”, de modo que o país seguisse “na sua marcha sempre progressiva”, levando “o Brasil a um alto ponto de prosperidade, sossego, melhoramentos materiais e importância” (30 nov. - 1º dez. 1868).

As críticas aos liberais direcionavam-se também à consideração de que os mesmos eram praticantes de uma conduta completamente contraditória, adaptando-se às conveniências políticas de cada momento, não relevando o valor dos princípios e não se importando em desmentir asserções antes consideradas como verdades incontestáveis²¹. De acordo com o diário mercantil o

causa que reclamam, a influência e os resultados da força para alcançar uma vitória” (18-19 dez. 1868).

²¹ Segundo a folha: “O Partido Liberal, composto de partes heterogêneas, apresenta um manto de arlequim para adornar o seu pretendido ídolo - a liberdade. Para vencer, renega hoje, o que havia dito ontem; eleva no pavês da glória, o que condenava ao desprezo, há poucos meses, emboca as cem tubas da fama para que em todos os ângulos do Império de

Partido Liberal não ambicionava “o poder pelo bem do povo”, e sim, “apenas para satisfazer planos individuais, e levar ao cabo combinações efêmeras, que teriam por resultado, a desgraça do Brasil”, devendo estabelecer-se uma reação a essa possibilidade, a qual poderia ser manifestada por meio das urnas, não devendo ficar “o povo desprecaído”, nem deixar-se “levar pelas perniciosas palavras de seus refalsados amigos” (18-19 dez. 1868).

O *Commercial* enaltecia os valores morais demonstrados pelos conservadores ao longo da história brasileira, buscando demonstrar “os serviços prestados ao país” por aqueles “homens eminentes”, de cuja “escola política tinham saído os princípios” sempre “aplicados ao progresso do Brasil”, realizando “fatos incontestáveis” e promovendo “glórias bem reconhecidas e tão deslumbrantes que apagavam os fracos traços de tudo quanto contra eles se tinha dito” (30 nov. - 1º dez. 1868). Nesse sentido, o jornal censurava as formas de combate político utilizadas pelos liberais, os quais, “para sustentar uma causa pouco sincera, encontravam por únicos esteios a mentira, o insulto e o

Santa Cruz retumbam os nomes, as ideias e até os princípios que cobrira de lama, qualifica-a de ineptas, e sobre elas lançara o anátema. Encosta-se à sombra da árvore que tentara em vão derrubar, finge trabalhar para levantar a estátua, de cujo pedestal minava há pouco os alicerces e finalmente autoriza a que lhe sejam aplicadas as palavras do bispo de Reims, batizando Clóvis: *adora, soberbo sicambro, o que queimaras; e queima o que adoravas*; e, se da luta saísse vencedor, o mesmo Partido Liberal, rasgaria envergonhado os panos que tem alinhavado na sua túnica pretexta, ou no lábaro que em torno de si, conta seus efêmeros sectários” (30 nov. - 1º dez. 1868).

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

frenesi das paixões”, duvidando “da justiça de um partido que combatia unicamente com vitupérios, inventando e propalando vícios e defeitos que não existiam”²² (7-8 jan. 1869). Segundo a perspectiva da folha, o partido que tolerasse “semelhantes desmandos, perderia o respeito que havia merecido, e a consideração a que tinha direito” (20 jan. 1869).

Ao contrário, o comportamento do Partido Conservador era extremamente elogiado, pois o mesmo “nunca” teria consentido que o caráter de “seus adversários fosse atado ao pelourinho da maledicência ou açoitado pelo insulto” ou que fosse derramado “o fel amargo da mentira” sobre as reputações. Para o periódico, “esta leal conduta” fora “a mais feliz política que convinha seguir”, de modo a não se deixar levar pela “pequenez de espírito” e para garantir a “lealdade de suas convicções”; empregando “sempre todo o decoro” e, por isso, merecendo o “acatamento e a confiança pública”. Assim, o partido situacionista,

²² Para corroborar suas asseverações a respeito do modo “vil” pelo qual os liberais estariam tratando os conservadores por meio da imprensa, a folha citava algumas dessas formas de tratamento: “os conservadores são para os liberais, não honestos e leais adversários, porém, tigres sedentos do suor do povo; *Neros* que presenciariam a sangue frio o incêndio da pátria. (...) Os liberais recusam aos conservadores o menor vislumbre de amor da Pátria, de dedicação às suas imortais instituições” (18-19 dez. 1868). *O Commercial* rebatia cada uma das acusações contra o Partido Conservador, criticando os jornais de cunho liberal pela adjetivação utilizada, caindo, por sua vez, em contradição, já que também lançava mão de uma série de qualificativos negativos para traduzir seu pensamento a respeito da agremiação liberal.

“côncio de sua importância no Império”, poderia, “sem corar, apresentar-se em todas as crises como a tábua de salvação do Estado”, conservando-se “muito acima das tretas”, uma vez que, “da luta travada entre os partidos, a lealdade” não deveria ser “excluída e, pelo contrário, desejada ardentemente” (25-26 jan. 1869). De acordo com o diário comercial, os conservadores desempenharam importante papel desde os primórdios da formação do Estado Nacional Brasileiro, quando teriam garantido a estabilidade das instituições, destacando que “o Partido Conservador, desde a fundação do Império, durante as procelas políticas que haviam assaltado a sua marcha e impedido o seu desenvolvimento”, teria se constituído no “único que compreendia com sabedoria e incontestável tino a marcha que lhe convinha seguir e as medidas que deveria adotar para livrá-lo dos excessos que em nome da liberdade”, foram cometidos “sempre em detrimento dos povos e do governo”. Ponderava o jornal que “a história pátria” havia “conservado preciosamente estas épocas, estes esforços e seus felizes resultados” (10 jan. 1869).

A ode de enaltecimentos ao Partido Conservador era confirmada na afirmação de que “em todas épocas”, ele havia “sido o paladino das liberdades públicas, o redentor do país”, o qual fora lançado pelos liberais “em funestas tentativas para o campo das inovações, que observadas de perto muito se pareciam com aquelas pinturas antigas”, as quais muito perdiam “com o verniz que lhes era aplicado, com pouco gosto e exageradas despesas”. O partido governista era ainda comparado a um “viveiro que tinha oferecido ao Brasil as necessárias capacidades para dirigir com prudência e sabedoria todos os ramos da administração externa e interna”, as

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

quais abririam “o caminho do progresso”. Na perspectiva da folha, o Conservador era o único partido que poderia invocar “o testemunho da história pátria” quando pretendesse legitimar sua causa, pois fora “sempre chamado para curar as feridas da Pátria”, já que se consistiria no “timoneiro prudente que, através dos perigos e dos embaraços”, estaria guiando “a nau do Estado, livrando-a da guerra civil, da bancarrota e quiçá da separação das partes preciosas que formavam o seu todo” (10 jan. 1869).

Nesse quadro, *O Commercial* promovia acirrada campanha pelos candidatos conservadores, apresentando tal grupo como portador de todo o crédito de parte da opinião pública. De acordo com a visão do periódico, não se poderia negar “ao Partido Conservador a força e as simpatias que tinha na maioria do Brasil” e, uma vez “subindo ao poder, fora saudado pela confiança pública” e as suas fileiras reforçaram-se “com numerosos atletas para disputar no campo eleitoral a vitória aos liberais”. Diante dessas afirmativas, o jornal acreditava que “o povo não se deixaria iludir por altissonantes palavras, promessas sempre repetidas e tão poucas vezes cumpridas”, levando ao êxito eleitoral a única agremiação que poderia “assegurar no Brasil a tranquilidade e o progresso, sob a égide” constitucional (18-19 dez. 1868).

No mesmo sentido, o periódico afirmava que “ao povo pertencia unicamente ditar a sentença eleitoral”, diante do que acreditava que seria feita a justiça para aqueles que teriam “sempre conseguido o progresso do país, sem embalar-lo com falazes promessas”, e “sem acusar sua ignorância, nem ferir seu amor próprio, apresentando-se como os únicos que deviam ser

escolhidos, para a prosperidade do Brasil” (30 nov. - 1º dez. 1868). De acordo com o jornal, “fiel às tradições pátrias”, o povo não poderia recuar, dedicando “seu sufrágio a favor do único partido” que contribuía para a benéfica formação da sociedade brasileira, não podendo também esquecer-se de que “seu precioso sangue nunca fora necessário para sustentar uma ideia, uma ambição ou um capricho do Partido Conservador”. Dessa maneira, a folha conclamava o povo a consultar sua consciência, mantendo “na urna a dignidade do único partido que sustentava e defendia todos os seus direitos, sem dele exigir algum sacrifício, além da confiança” (10 jan. 1869).

Mais uma vez, a folha mercantil destacava o comportamento ilibado que teria caracterizado a campanha eleitoral promovida pelo Partido Conservador, como uma das causas que faziam da mesma agremiação a merecedora do apoio popular, apresentando os conservadores como “os cidadãos que respeitavam seus adversários”, os quais, por sua vez, só conheciam “o insulto para combater, a grosseria para disputar a vitória eleitoral e as invectivas mais atrozes para advogar sua perdida causa”. Para o periódico, os conservadores haviam elevado “tão alto a luta eleitoral, que nem a seus pés chegaria o eco das catilinárias contra eles, seus chefes e seus candidatos”, as quais seriam “proferidas todos os dias” pelos liberais que, por sua vez, não poderiam, como no caso dos membros do partido da ordem, “desafiar a injúria e pulverizar os esforços de seus ingratos e míseros inimigos políticos” (30 jan. 1869).

Segundo *O Commercial*, o Partido Conservador havia galgado sua situação através de serviços prestados

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

e méritos próprios, ao passo que os liberais, quando no poder, só o tinham utilizado para locupletar-se. Considerava, dessa maneira, que os conservadores eram “os obreiros de sua posição, de sua influência e de seu elevado lugar”, o qual ocupavam “na comunidade brasileira, enquanto o Partido Liberal tinha sido sempre o zangão”, que vinha devorando aquele “mel, com tanto labor fabricado na colmeia governativa”, de modo que, ao passarem pelo poder, da “prosperidade nas finanças”, os liberais teriam apenas “deixado por herança a miséria e os embaraços” (30 jan. 1869). De acordo com essa convicção, o periódico não só utilizava como argumento a incapacidade administrativa da agremiação liberal, como apelava para uma séria acusação contra a idoneidade da mesma no gerenciamento da máquina e do dinheiro públicos, no intuito de desqualificar ao máximo as candidaturas liberais diante do iminente processo eleitoral.

Às vésperas da eleição, o jornal rio-grandino exaltava as qualidades da agremiação conservadora, as quais justificariam o merecimento da confiança pública a ser manifestado nas urnas²³. O diário mercantil ainda

²³ Na perspectiva do *Commercial*: “Os conservadores têm sido e hão de ser ainda os homens sobre os quais o Brasil aflito tem lançado suas vistas para sair incólume dos perigos ou arriscados passos, em que havia sido levado pelo partido dito liberal, quando se tem achado nestes últimos anos à frente do governo. Os conservadores são aquele viveiro de patriotas para os quais nenhum sacrifício, nenhuma injúria é sensível, quando o país deles reclama o verdadeiro talento administrativo, a verdadeira devotação aos interesses gerais do Brasil. Os conservadores são aqueles gênios modestos, mas sem rivais, que na tribuna tão alto têm elevado o nome

publicou uma mensagem, afirmando que o povo sempre reconheceria “os esforços dos conservadores em prol do aumento material do país e da necessidade de melhorar sua agricultura, indústria e comércio” e não esqueceria “o serviço que por muitos anos tinha recebido e os melhoramentos que deveria esperar de um governo ilustrado”, para o qual “o bem-estar do Brasil, sem abalos, nem tirânicas exigências, era um dever”, desde que seguidos “os ditames da Constituição”, governando “sempre se escudando com a lei e a sua inabalável justiça” (31 jan. 1869). Passada a eleição, o jornal, certo da vitória conservadora, destacava que “a urna decidira a questão e dissipara todas as dúvidas”, as quais não teriam abalado “as crenças dos amigos da lei, do Trono e da prosperidade do país”; diante do que agradecia ao povo “pela sua firmeza e justiceira conduta” e dava “sinceros parabéns” aos conservadores “pelo seu triunfo que deveria contribuir

brasileiro, na diplomacia o têm feito respeitar, aos mercados estrangeiros têm firmado o seu crédito, e nos campos de batalha guiado suas valentes falanges e nos rios e mares inimigos sustentado inabalável seu pavilhão glorioso (...). Os conservadores são aquela massa compacta de homens sinceros, amigos de seu país, que, ouvindo um gemido ou prevendo uma opressão, se reúnem para opor um dique à onda revolucionária, que por repetidas vezes tem querido invadir o Brasil, em nome da (...) ambição e dos interesses particulares de alguns liberais (...). Neste pequeno esboço (...) nada de novo apresentamos, apenas comprovamos com a verdade, a pouca lealdade dos nossos adversários quando se ocupam com o distinto e patriótico Partido Conservador” (30 jan. 1869).

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

poderosamente para o bem-estar do Brasil” (6-7 fev. 1869).

O Echo do Sul

Dentre os jornais diários rio-grandinos que circularam no século XIX, o *Echo do Sul* foi aquele que mais fortemente deixou marcadas as suas convicções partidárias. Filiado ao Partido Conservador desde os primórdios de sua circulação na cidade do Rio Grande, em 1858, o jornal manifestava algumas de suas ideias básicas – como a de conservar melhorando, a do progresso pautado em reformas bem refletidas e a da ojeriza às práticas revolucionárias atribuídas aos adversários liberais –, as quais marcariam a ligação do *Echo* ao pensamento da agremiação conservadora, durante significativa parte da existência da folha. A partir da inversão partidária de 1868, o diário rio-grandino passou a ostentar ainda mais abertamente sua filiação conservadora e, ao noticiar a ascensão dos conservadores, afirmava que se derramava “no espírito público o contentamento”, pois “a situação desgraçada do Império”, herdada das administrações liberais, “fazia ao patriotismo ansiar por uma mudança radical que acabasse com as cenas escandalizadoras do bom senso político” (25 jul. 1868), transformação essa representada pela elevação do Partido Conservador ao poder.

Na opinião da folha, a ascensão do ministério conservador tinha por significado “a garantia segura da prosperidade e do engrandecimento” do país, o qual teria sido “arremessado” pelos liberais “à beira de um

abismo". Nesse quadro, o Partido Conservador era apresentado como "o único capaz de salvar o Brasil", na "emergência" em que se encontrava, tendo subido "ao poder cheio da confiança da nação e da Coroa", para realizar uma administração que teria por base "a moderação, os princípios de rigorosa justiça, o respeito aos direitos de todos os cidadãos, a escrupulosa economia dos dinheiros públicos", ou seja, "a lei, o dever, a moralidade em toda a sua plenitude". Defendendo a nova situação, o periódico explicava que o Conservador não era "o partido dos *emperrados*, como por mais de uma vez se tinha dito no seio da representação nacional", pois suas atitudes moderadas visavam ao "futuro engrandecimento do país", entregue, até então, "ao ludíbrio de paixões ignóbeis" e aos enganos de "teorias pejadas de utopias" (26 jul. 1868). Para o jornal, diante do "estado melindroso e deplorável dos negócios públicos", a agremiação conservadora iria "passar por uma prova decisiva", mas conseguiria "levar à nau a bom porto e salvamento" (27 ago.1868). A elevação dos conservadores ao governo era considerada como totalmente legítima, uma vez que teriam subido ao poder "para recompor o que tinham os seus adversários estragado", representando "a vitória da verdadeira maioria homogênea, compacta e forte" do país (2 set. 1868).

O *Echo* passou, a partir de então, a manifestar verdadeira profissão de fé com relação às ideias do partido situacionista, apresentando-se como portador de uma "histórica" e "tradicional" postura conservadora, intentando, muitas vezes, constituir-se em uma folha doutrinária, ao explicar os acontecimentos de então sob a

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

perspectiva da agremiação governista²⁴. O jornal muito insistiu na asserção do perigo revolucionário representado pelos oposicionistas liberais, os quais só estariam buscando “perturbar a ordem pública, como único meio de subir mais depressa ao poder”, uma vez que os mesmos procuravam “acender o facho das guerras civis”, querendo “cavar a ruína do país, proclamando a revolução, para ver famílias inteiras trucidar-se, irmãos contra irmãos, pais contra filhos”. Diante disso, a folha proclamava que “o povo saberia lavrar sua sentença”, a qual seria “a condenação dos turbulentos políticos que só queriam galgar as escadas do poder para a consecução de seus fins meramente particulares” (13 set. 1868). Denominando os liberais de

²⁴ De acordo com o periódico: “Não é de hoje que nossas opiniões políticas estão definidas. Não é de hoje que aderimos ao grande partido constitucional. Todos sabem, sabe a Província e o país, que sempre militamos nas fileiras conservadoras. (...) E como conservadores nunca pedimos graça alguma para nós, e também nunca fomos aos pés do poder mendigar favores. Tínhamos a consciência de nosso dever, que nos ensinava a apoiar e defender o partido ao qual se liga o futuro e a prosperidade do país. Nossa linguagem, pois, não pode causar estranheza, porque ela o foi de todos os tempos. A ascensão do Partido Conservador ao poder não foi obra da traição, nem inconstitucional, como apregoam os oposicionistas. Forte pela vontade imperial e mais forte ainda pela confiança do povo, o Partido Conservador assumiu a suprema direção do país em quadra melindrosa, cheio de patriotismo e de dedicação, porque, como outrora, serão ainda os constitucionais que salvarão o Brasil do abismo à que estava prestes a ser arremessado. (...) Com a ascensão do Partido Conservador ao poder, começou o reinado da lei, da moralidade e do dever, isto é, a garantia segura do bem-estar de todos os cidadãos” (11 set. 1868).

“pregoeiros da revolução”, o periódico argumentava que um processo revolucionário não era o meio legítimo de ascensão ao poder, devendo o “campo de combate” permanecer “dentro da órbita constitucional”, ou seja, na “luta da inteligência travada nas urnas, na imprensa e na tribuna”, ambientes fora dos quais, o embate seria “um atentado, um crime de lesa-nação”. A folha questionava se os liberais desconheciam os males advindos de “uma medida extrema e perigosa”, como uma revolução e chamava atenção para que a “nação brasileira” detestasse e condenasse todos os “falsos apóstolos da liberdade que procuravam na revolução um meio para mais depressa subir ao poder” (19 set. 1868).

Traçando um paralelo entre as atitudes dos dois partidos imperiais, o *Echo* explicava que “enquanto o Partido Conservador realizava, aproveitando-se da experiência do passado, as legítimas aspirações do país”, o grupo dos liberais, “sempre inquieto e exagerado, gastava as suas forças em declamar contra a situação”. O jornal sentenciava que “enquanto o liberalismo não entrasse na luta dos partidos normais, não poderia inspirar confiança” e por isso, se agitava “para reconquistar o poder”, através da “revolução, porque não descobria outro meio de conquistá-lo”. O periódico destacava ainda que “a revolução era a base do despotismo” e buscava lembrar aos “revolucionários” que “a ordem tinha seus defensores que sabiam cumprir seu dever”, de modo que “esta ordem, sobre que repousava a liberdade e a grandeza do Império, não estava desamparada”²⁵ (16 set. 1869).

²⁵ No mesmo sentido, o jornal afirmaria: “Não se iludam os traficantes da palavra. O *regime do terror* não domina a situação atual. O ministério tem consciência de sua popularidade e não

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

Na concepção do diário rio-grandino, as reivindicações por reformas, promovidas pelos liberais oposicionistas, eram indevidas, tendo em vista que não haviam sido efetivadas pelos mesmos enquanto ocupavam o governo. Sobre as "promessas liberais" afirmava que "a oposição liberal usava das ideias como o demolidor, dos instrumentos da destruição", uma vez que, "conquistado o poder, esquecia o passado e adormecia nos macios colchões da indolência", de modo que, "de decepção em decepção", os liberais teriam caído, "abandonados por seus próprios amigos fatigados de esperar a consagração das decantadas reformas" (29 nov. 1868). Dessa forma, para a folha, "os verdadeiros liberais eram os conservadores", os quais haviam "votado leis libérrimas" que os liberais tinham deixado "esquecidas nos arquivos" (16 set. 1869). Assim, o discurso do jornal direcionou-se a deslegitimar as atitudes do partido oposicionista, movendo constantes campanhas pela agremiação conservadora e pelos candidatos dessa época de eleições. Segundo o periódico, "no meio da temerária propaganda de mascarada democracia", cumpria aos "amigos da ordem, que era a liberdade coletiva, se juntar pela fé e pela dedicação, resolvidos a sustentar o ministério", o qual significaria "a melhor garantia do presente e a mais bela esperança do futuro" (13 dez. 1868).

Assim, o discurso político-partidário emitido pelo conjunto dos jornais diários rio-grandinos acompanhou as tendências de sustentação de um

precisa açular as paixões do povo, nem de protegê-las, para ser vingada a honra da bandeira nacional. O povo tem o instinto de sua dignidade" (21 mar. 1873).

conflito discursivo do qual afloravam as visões distintas e formulavam-se os estereótipos do aliado/partidário e do opositor/adversário²⁶. O momento de inflexão da formação histórica brasileira, demarcado pela inversão partidária de 1868, com a derrocada dos liberais e a ascensão dos conservadores, representando um processo histórico que se desenrolaria nas duas décadas seguintes, culminando com o encerramento do regime monárquico, foi também uma época de acirramento das disputas entre as duas agremiações partidárias imperiais. A imprensa periódica de cunho conservador da cidade do Rio Grande refletiu em suas páginas impressas tal exasperação de ânimos, buscando demonstrar todos os méritos dos conservadores e, portanto, o merecimento da chegada ao poder, bem como os deméritos dos liberais, vistos como elementos que deveriam ser banidos permanentemente do governo.

²⁶ ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 481.

Construção e desconstrução de mitos políticos através da imprensa: um estudo de caso*

Fazendo parte do desenvolvimento da maior parte das sociedades contemporâneas, a imprensa ganhou de forma crescente o status de “fonte histórica”, posição, nos últimos anos, já completamente consolidada. Pouco a pouco foram vencidos os preconceitos contra os jornais como alvos da investigação histórica, em nome de um caráter supostamente tendencioso que esse tipo de fonte teria. Passou-se a observar que essas tendências do jornalismo – característica também presente na maior parte dos documentos – poderiam ser detectadas pelo historiador, o qual teria condições de filtrar as informações prestadas pelos jornais, ou ainda, de transformar esse caráter opinativo (ou tendencioso), embasado em convicções estruturais/conjunturais, em objeto de análise. Nesse sentido, a imprensa está à disposição dos pesquisadores para empreender análises de vários dos elementos constitutivos que marcam a existência humana, sejam eles o social, o político, o econômico, o ideológico, o religioso, o cultural, entre outros. No que tange à história

* Texto publicado originalmente nos *Anais do V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. p. 1-17.

política, o jornalismo constitui uma fonte ímpar, deixando transparecer de modo menos ou mais velado/aberto as ações, as alianças, os conchavos, os desmandos, as disputas, as críticas e as idiossincrasias que demarcam a vida política de uma dada comunidade, ainda mais se for comparado o conteúdo dos jornais com o dos documentos ditos oficiais e seu caráter muitas vezes lacônico nas referências à política.

Uma das mais marcantes características do jornalismo, mormente ao longo do século XIX, esteve ligada ao embate político e/ou partidário empreendido através das folhas, de modo que esse tipo de disputa constituiu um fator essencial para as várias etapas de avanço das atividades jornalísticas. Dava-se então a sustentação, por meio dos jornais, de um conflito discursivo, pelo qual um dado discurso de uma folha tendia a servir a um processo de legitimação das formas de agir e pensar do aliado, ao passo que deslegitimava as do adversário. Nesse contexto de confrontos, os personagens políticos transformar-se-iam em atores principais das páginas dos jornais, aparecendo tanto como heróis, quanto como vilões, dependendo da postura político-partidária da folha, construindo-se ou destruindo-se a imagem dessas personalidades. Este ensaio pretende abordar um microcosmo de tal conjuntura de conflitos discursivos através da imprensa e do processo de construção/desconstrução de mitos políticos. O objeto de estudo localiza-se no jornalismo praticado na cidade do Rio Grande ao final do século XIX – um dos mais importantes no contexto brasileiro de então –, destinando especial atenção às reações dos jornais no que tange às transformações políticas pelas quais passava o Brasil durante a transição da Monarquia

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

à República. Nessa linha, esta análise tem por intento, ao buscar relacionar os fundamentos inter, extra e intradiscursivos da imprensa da época, localizar e interpretar os confrontos discursivos dos jornais na edificação de estereótipos políticos.

O enfoque central prende-se ao jornalismo praticado no Rio Grande do Sul do final do século XIX em suas inter-relações para com a fermentação, preparação e eclosão da Revolução Federalista, guerra civil que sacudiu a incipiente República Brasileira. Nessa época, ao lado do embate pelas armas, o confronto deu-se também por meio das palavras, através das páginas dos jornais. Paixões e ódios partidários, típicos dessa época, encontrariam eco nos periódicos gaúchos, que, em muitos casos, adotariam posição menos ou mais explícita diante das partes em conflito, surgindo folhas favoráveis à causa castilhistas e outras, aliadas aos oposicionistas. A imprensa da cidade do Rio Grande não fugiria à regra, alinhando-se os jornais, direta e/ou indiretamente aos diferentes e divergentes grupos políticos de então. Nesse clima de partidarismo, um dos tópicos latentes seria a bipolarização e o personalismo do confronto discursivo, em torno das figuras de Gaspar da Silveira Martins e de Júlio de Castilhos, constituindo-se o estudo desses mitos políticos, em sua construção, no caso do primeiro, e de sua desconstrução, caso do segundo, por parte de alguns dos jornais que circulavam na comunidade rio-grandina, entre 1889 e 1893 – o *Diário do Rio Grande*, o *Artista*, o *Echo do Sul*, o *Bisturi* e a

Tribuna Federal – todos com manifestações, veladas ou abertas, de oposição ao castilhismo²⁷.

²⁷ A respeito das inter-relações entre imprensa e história política, observar: ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Revista Comunicação & política*, v. 6, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1999. p. 245-57.; e ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e política: algumas reflexões acerca da pesquisa histórica. *História em Revista* – Revista do Núcleo de Documentação Histórica do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. v. 7. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2001. p. 93-115. Sobre o jornalismo gaúcho à época da Revolução Federalista, ver: FÉLIX, Loiva Otero. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, A. B. & FÉLIX, L. O. (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 179-185.; REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 101-124.; e RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1983. p. 26-35. Finalmente, acerca da imprensa rio-grandina de então em seu conteúdo político, observar: ALVES, Francisco das Neves. *Imagens e símbolos: a caricatura rio-grandina e o discurso político-partidário no século XIX*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.; ALVES, Francisco das Neves. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2001.; ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: FURG, 2001.; ALVES, Francisco das Neves. *A imprensa rio-grandina nas três últimas décadas*

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

No ano da proclamação da República, o cenário político-partidário rio-grandense-do-sul era marcado por um forte predomínio do Partido Liberal que já controlava a Assembleia Provincial há mais de década e meia e, a partir da ascensão do último gabinete imperial, passou a exercer também a Presidência da Província. Nesse quadro, Gaspar da Silveira Martins figurava como personagem de destaque nas páginas das folhas liberais, considerado como o político ideal para reger os destinos provinciais. A constituição do derradeiro ministério foi recebida com alívio por parte dessa imprensa, que considerou o Brasil finalmente livre do gabinete conservador, que por forma tão desagradável para o país teria assinalado o seu período administrativo, aplaudindo o fato de que homens de reputação feita e com um nome a zelar passariam a governar as províncias (*Diário do Rio Grande*, 9 e 19 jun. 1889). A escolha de Gaspar da Silveira Martins para a Presidência do Rio Grande do Sul foi apontada como atestado do critério e elevada compreensão das necessidades do país, pondo-se à frente do governo da Província um homem do prestígio, da influência e do reconhecido mérito, na figura daquele líder liberal. Segundo tal perspectiva, Silveira Martins conhecia perfeitamente a Província, os seus homens, as suas necessidades e as suas aspirações,

do século XIX: o espaço do discurso político-partidário. In: ALVES, F. N. et alli. *A imprensa na cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: NEHIRG, 2001. p. 41-52.; e ALVES, Francisco das Neves. Comunicação e política no jornalismo rio-grandino: um estudo de caso. In: ALVES, F. N. (org.). *Cinema e comunicação na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2002.

tendo reservado para essa uma dedicação nunca desmentida, consagrando constantemente a sua palavra, a sua energia e os seus esforços em favor do engrandecimento e da prosperidade rio-grandenses. Previam-se, desse modo, que a administração daquela liderança, pautada pelos severos preceitos da justiça e da lei, seria larga e fecunda como inquebrantável havia sido a sua dedicação pelos interesses de sua terra. Manifestava-se plena confiança no “eminente estadista” e saudava-se o “preclaro e devotado” chefe do brioso partido, cujo patriotismo brilhantemente fulgurava nos fastos da heroica Província do Rio Grande do Sul (*Artista*, 5 jul. 1889). Na mesma linha, declarava-se que a escolha do “benemérito” Conselheiro Silveira Martins para a Presidência do Rio Grande do Sul fora um ato de alta justiça praticado pelo governo central, confiando, a quem seria de direito, os destinos da Província, uma vez que aquele “prestante cidadão” era admirado e respeitado pelas qualidades morais e pelo grande talento que possuía, consistindo-se, incontestavelmente, em uma das mais legítimas glórias da nação brasileira (*Bisturi*, 7 jul. 1889).

Já nos estertores do Império, vários dos jornais rio-grandinos viam com desconfiança os republicanos, não acreditando, no entanto, no alcance político-eleitoral dos mesmos. Com a mudança na forma de governo e as práticas exclusivistas adotadas por Júlio de Castilhos e seus sectários, progressivamente cresceria o antagonismo que se transformaria em oposição e até em resistência de parte dessas folhas, muitas delas vindo a adotar mais abertamente uma postura anticastilhista. As exclusões promovidas pelos republicanos eram vistas como um desserviço à República, não podendo produzir

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

para os que a faziam senão resultados negativos, pois, desse modo, a nova forma de governo passaria a apresentar seu firmamento sombreado pelas paixões daqueles que estavam fazendo política de pessoas, em vez de uma outra, larga e generosa, que visasse o bem-estar da família rio-grandense (*Diário do Rio Grande*, 13 mar. 1890). O exclusivismo era encarado ainda como um grande erro e imenso perigo, consistindo-se num elemento pernicioso que dificultava a fixação de todos os esforços em bem da consolidação do regime instaurado, afastando do governo a cooperação eficaz de uma grande parte do povo brasileiro (*Artista*, 30 abr. 1890). Abria-se, então, uma franca oposição aos que estavam fazendo do Rio Grande uma terra de vencidos e vencedores, de modo que não se poderia deixar de castigar aqueles que estavam desvirtuando a “gloriosa conquista” do 15 de Novembro criticando-se a prática de uma política de ódios que tinha por lema a divisão da família rio-grandense. Júlio de Castilhos era descrito como um político que pouco se importava com a honra e que se aconchegara ao poder ditatorial, esquecendo compromissos e desrespeitando os empenhos de sua palavra, trocando-a pela ambição desvairada do mando, sem preocupar-se com a dignidade. Nesse sentido, o “ditador do Rio Grande” teria condenado os rio-grandenses a uma política de ódios e exclusivismos que os arrastaria às maiores calamidades (*Echo do Sul*, 19 abr.; 3 e 8 maio; 9 ago. e 9 set. 1890).

Mesmo no exílio, Gaspar da Silveira Martins continuou a contar com a admiração de parte da imprensa anticastilhista. Buscava-se demonstrar o grande prestígio desse benemérito rio-grandense desterrado, defendendo-se a popularidade de Silveira

Martins, destacando-se que nem sempre o povo se esquecia de prestar homenagem aqueles que, ao serviço dos interesses públicos, dedicavam toda a sua atividade e inteligência, sacrificando os seus preciosos dias e os seus interesses particulares. Na época, o “tribuno rio-grandense” chegou a receber homenagens de primeira página, na qual seu retrato foi publicado e descrito como “o gaúcho rio-grandense”, com vestimentas que visavam a demonstrar a completa identidade entre o político e a população do Rio Grande do Sul (*Bisturi*, 17 ago. 1890). O líder liberal passava a ser alvo de enaltecimento até de setor da imprensa que, no passado (à época monárquica), constituíra-se em tradicional adversário, sendo chamado de benemérito e preclaro filho do Rio Grande, bem como de emérito patriota que mais serviços prestou ao Rio Grande do Sul, uma vez que, opositor ou homem de governo, tendo para cada defeito um sem número de virtudes, Gaspar Martins encarnava as aspirações de um povo inteiro, o qual tinha tradições heroicas e que não sabia tragar humilhações (*Echo do Sul*, 21 nov. 1890).

A oposição aos castilhistas crescia à medida que eles afirmavam-se no poder, denunciando-se as fraudes da “obra *castilhana*” que estariam ferindo de frente os princípios democráticos. Considerava-se Júlio de Castilhos como um alucinado e ignorante bacharel, que era repudiado pela grande maioria do Rio Grande, incentivando-se, inclusive, que se combatesse com energia patriótica ao poder ocasional do líder castilhista, o qual estaria revelando em todos os seus atos uma falta absoluta de moralidade, fraudando criminosamente as doutrinas republicanas. Acusava-se o “bando do castilhismo” de deturpar todos os princípios, pois o que

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

tinha em vista seria apenas manter a posição artificial com que iniciara os atos da vida pública, desde o 15 de Novembro, ficando evidente que o “diretor espiritual” dessa gente não dispunha dos atributos essenciais da formação do caráter, sendo falsas todas as qualidades que seus “domésticos endeusadores” lhe emprestavam. Argumentava-se que esse “infeliz Estado” se transformara numa satrápia, manietada ao jugo de um moderno tiranete, cuja prática governativa, em vez de progressista, era retrógrada e anárquica, respeitando apenas aos interesses de seu mentor e estabelecendo barreiras inaceitáveis entre filhos da mesma pátria (*Echo do Sul*, 29 abr.; 5, 16 e 30 jul. 1891).

Tendo em vista o golpe de Estado perpetrado por Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, as manifestações de oposição aos castilhistas intensificaram-se nas folhas rio-grandinas. Buscava-se demonstrar que Júlio de Castilhos compactuara com o presidente golpista, acusando-o de estar de posse dos segredos e de constituir-se em “instrumento torpíssimo” da nova ditadura, tendo prestado apoio à ilegalidade, ao arbítrio e à tirania, de modo que teve o Rio Grande a obrigação de expulsá-lo, por ser ele incompatível com o civismo do povo rio-grandense, tendo de ser arrancado da posição que não soubera honrar (*Echo do Sul*, 7 e 8 dez. 1891). O afastamento de Castilhos foi comparado ao ato de arrancar-se um javali de seu nefando covil (*Bisturi*, 15 nov. 1891), devendo-se fazer votos que, com a queda da tirania, ressurgisse para a República uma nova época de grandioso futuro (*Diário do Rio Grande*, 15 nov. 1891). Mesmo após a deposição do líder republicano, os ataques persistiram, intentando-se dar a prova patente de que o “ex-ditador mirim” nunca fora impulsionado

pelo dever de servir à causa pública, pois o que ele queria era conservar o mando e alertava-se para o fato de que, raivoso, sem intuits alevantados e não podendo conformar-se com a perda do poder, o castilhismo, que era uma história de tristezas e vergonhas, conspirava ainda e, portanto, era preciso não o deixar a gosto nas suas explorações criminosas (*Echo do Sul*, 12 dez. 1891).

A bipolarização partidária e personalista também ficaria evidenciada nas páginas dos jornais, argumentando-se que todo o Rio Grande sabia que o bacharel Castilhos fora sempre inimigo gratuito de Gaspar Martins, procurando nulificar a “assombrosa influência” que esse “extraordinário democrata” exercia no espírito de seus patrícios. Nesse sentido, quanto ao líder liberal, chamava-se atenção para os enormes merecimentos, os serviços de alto valor prestados ao país e principalmente à Província e a valentia levada a extremos, elementos que não caracterizariam os atos de Júlio de Castilhos, afirmando-se que, sem nunca haver trocado uma só palavra com Gaspar da Silveira Martins, odiava-o até a bestialidade, consciente que era da máscula superioridade moral e intelectual do poderoso adversário que o desprezava” (*Echo do Sul*, 13 set. 1891). O retorno de Silveira Martins do exílio seria recebido com aplauso por parte da imprensa, anunciando-se, entusiasticamente, que já estava de volta à pátria o “grande patriota”, o “colosso da tribuna”, que pelos seus incomparáveis serviços prestados à causa da pátria e à idéia liberal tornara-se um dos vultos mais salientes e respeitados. De acordo com essa visão, o Rio Grande do Sul exultava por tão grande motivo e fazia votos para que S. Ex^a. viesse quanto antes prestar o concurso do seu talento e vasta capacidade política, colocando-se à frente

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

dos apóstolos sinceros, dos verdadeiros patriotas que trabalhavam pela reabilitação do Brasil. Eram dadas ainda as boas-vindas aquele ilustre cidadão que tantas provas prestara do seu patriotismo, civismo e grande abnegação (*Bisturi*, 10 jan. 1892). Ainda sobre a volta do chefe liberal ao cenário político-partidário gaúcho, argumentava-se que ele – que teria sido exilado pelo pecado de ser o homem de maior influência política em todo o Estado –, representava um dos esteios que em larga escala poderia prestar sua contribuição visando a solução dos graves acontecimentos de então. Nesse sentido, estabelecia-se um verdadeiro paralelo comparativo entre o Rio Grande do Sul antes e depois da retirada de Silveira Martins, afirmando-se que tudo estava mudado e que o vasto cenário político em que o “eloquente tribuno” representou os mais importantes papéis e tanto se impôs aos aplausos e admiração de nacionais e estrangeiros estaria inteiramente desmantelado e a pedir que mão possante o reconstruísse, e afugentasse do templo os vendilhões que o desprestigiavam e conspurcavam (*Diário do Rio Grande*, 7 fev. 1892).

A reintegração de Silveira Martins à vida política nacional, de acordo com a imprensa liberal, deveria ser imediata, uma vez que ele era um político de primeira têmpera, adepto fervoroso das práticas liberais, ou seja, a ideia do direito e da liberdade e, cercado de imenso prestígio, constituía-se num dos chefes mais respeitados de seu partido. Segundo tal versão, o vulto desse “benemérito cidadão” surgira como uma estrela prometedora no céu denegrado da pátria, a qual estava agonizante e miseravelmente entregue à meia dúzia de homens sem talento, sem patriotismo e honestidade, que

só serviam para deprimi-la e envergonhá-la, para cobri-la de misérias e opróbrios. Afirmava-se, nessa linha, que, diante do líder liberal, iriam fugir espavoridos os vampiros que esvoaçavam ao redor da Pátria agonizante, sendo-lhe apontando o caminho que teria a prosseguir para resgatar as suas glórias e a sua honra, já que Martins seria o másculo intérprete das aspirações desse povo que ele tanto tinha engrandecido (*Bisturi*, 7 fev. 1892). Manifestava-se ainda uma esperança de que naquele líder político estivesse uma possibilidade de solução à crise na qual submergia o país. Declarava-se então que era com festa que se recebia, ao solo de seu berço natal, o regresso do “emérito rio-grandense”, portador das “boas normas” e as “moralizadoras” práticas políticas, de sentimentos altruísticos, de uma identificação sincera com a ideia republicana e de uma fé viva na supremacia das instituições democráticas. Apontava-se aquela liderança como elemento ideal às necessidades do país, o qual estaria precisando de um braço forte, de um ânimo reto, de um espírito superior e cheio de abnegação, que desfraldasse aos ventos da liberdade e da tolerância política a bandeira da paz e da confraternização da família rio-grandense, naquele momento de iminente conflito bélico (*Artista*, 8 fev. 1892).

A partir do retorno dos castilhistas ao governo, em junho de 1892, os comentários de natureza política junto à imprensa rio-grandina refluíam significativamente, tendo em vista a ferrenha repressão governamental. Mesmo assim, a retomada do poder por Júlio de Castilhos foi encarada como um prenúncio de borrasca, como algo fatídico e sanguinário, manifestando-se o receio para com o futuro do Estado,

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

tendo em vista que dentre os sectários do novo governo haveria premeditações das vinganças, sanhas mal contidas, punhos fechados que ameaçavam e risadas surdas que maldiziam o amanhã (*Echo do Sul*, 19 jun. 1892). A partir daí, a imprensa contrária ao castilhismo buscava demonstrar que os reais culpados pela desenfreada violência que campeava pelas terras do sul seriam os governistas, os quais teriam levado o luto e a miséria por toda a parte, bem como todo o horroroso itinerário dos homicídios, dos atos de verdadeiro canibalismo, revestidos de todas as ferozes circunstâncias que se poderia imaginar (*Bisturi*, 9 out. 1892). Vaticinava-se que as atitudes violentas dos agentes do poder estadual se consistiam em precedentes funestos, verdadeiras armas de dois gumes, as quais poderiam num dia ferir cruelmente a vítima, mas no outro, deveriam ferir de um modo também implacável o que ontem foi algoz (*Artista*, 24 nov. 1892). Júlio de Castilhos chegou a ser apresentado como um Satanás que, com as asas da tirania, levando às mãos o ódio e a vingança, sob o rufar do tambor da política e acompanhado por seus sectários – simbolizados por “morcegos republicanos” –, levava perseguições, infâmias, despotismo, miséria, morte, incêndios, roubos e destruição à população rio-grandense (*Bisturi*, 18 dez. 1892).

Quanto aos moldes pelos quais estaria sendo implementada a nova forma de governo, chegava-se a exclamar “abaixo esta República nefanda”, formada por gente de poder e de abastança, que olhava aos homens de labor com sobranceira e desprezo (*Bisturi*, 22 jan. 1893). Às portas da conflagração da Revolução Federalista, prenunciava-se que Júlio de Castilhos não

conseguiria abafar o movimento revolucionário que estava latente e que, mais dia, menos dia, explodiria, atirando os gaúchos à pior das lutas, a de irmãos contra irmãos, de modo que o líder republicano não poderia mais conter a onda e que ela o arrastaria para fora do poder. Declarava-se ainda que fora o governo, por todos os seus porta-vozes atroadores que mais desinquietara o Estado, tornando-se uma inelidível verdade a invasão armada por parte de quantos repeliam essa situação de crimes medonhos e que tentavam reivindicar brios conculcados. O motivo da guerra civil era atribuído aos castilhistas, lamentando-se que todos estes males de tão incalculáveis efeitos estivessem sendo realizados “apenas” para manter Júlio de Castilhos no governo, atribuindo-se a tal político a responsabilidade por aquele derramamento de sangue, já que representava um governo opressor e filho da traição, o qual seria repellido pela maioria do povo rio-grandense (*Echo do Sul*, 4 e 5 fev. e 25 mar. 1893).

Como liderança civil do movimento revolucionário, Gaspar da Silveira Martins foi amplamente aplaudido pela imprensa anticastilhista que chegou a representá-lo como um leão que estaria a espantar os adversários, afirmando-se que os castilhistas andavam assustados, temendo a entrada do temível leão que já começara a arreganhar os dentes e a soltar rugidos. Silveira Martins aparecia assim, no rol dos líderes rebeldes que estariam trazendo a “liberdade” para o Rio Grande subjugado à “tirania castilhista”, como no caso em que a “nau do Estado” comandada por Castilhos estava por esboroar-se diante dos rochedos que representavam os revoltosos; ou ainda num quadro em homenagem aos “ilustres revolucionários”,

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

considerados como uma grandiosa plêiade de bravos que, patrioticamente, batia-se a peito descoberto para derrubar a vil tirania que oprimia e envergonhava os rio-grandenses. A publicação dos retratos de Gaspar Martins e outros chefes rebeldes era considerada como uma página de apreço aos “verdadeiros patriotas” e uma justa homenagem prestada àquela grandiosa unidade, à comunhão de bravos, cujos nomes viriam a ser escritos com letras de ouro no grande livro da pátria, pois os mesmos já estavam escritos no coração do povo gaúcho (*Bisturi*, 1º jan.; 5 mar. e 16 abr. 1893).

Iniciada a guerra, a imprensa anticastilhista exclamava que não se queria um governo de déspotas, de ódios e vinganças, que mandasse cometer todos os horrores que se poderia imaginar em nome da República, como se a ideia republicana, que deveria ser grande, nobre e generosa, pudesse ser a bandeira de um bando de selvagens famintos. Os ataques a Júlio de Castilhos chegavam a ser incisivos como ao afirmar-se que o governador já começava a sentir no lombo os terríveis efeitos do seu despotismo e desrespeito à integridade e honra de seu país. O líder castilhista era retratado como um urubu que recebia o impacto das farpas da opinião pública e da imprensa, que, mesmo amordaçada, ainda não se deixara dominar de todo, diante do que se declarava que o governante andava assustado, ao perceber que se aproximava a hora de receber o exemplar e decisivo castigo²⁸ (*Bisturi*, 30 abr. e

²⁸ O jornal *Bisturi* destinou várias caricaturas ao sustentar seu discurso anticastilhista, como no caso de uma publicada a 8 de janeiro de 1893, na qual, como um prenúncio de uma possível derrota do castilhismo, com a iminente Revolução, o periódico

21 maio 1893). As denúncias à violência que seria praticada pelos governistas persistiram, sendo apontados os assassinatos e os assaltos à alheia propriedade, cometidos pela desenfreada *patota castilhista* que, autorizada pelo *governo da legalidade*, levava à devastação e ao morticínio, coroando uma obra de destruição (*Echo do Sul*, 14 jun. 1893). A falta de

apresentava uma gravura na qual Júlio de Castilhos chorava junto a um asno que representava o “partido castilhista”, enquanto a “morte”, simbolizada por esqueletos, se aproximava. Os seguintes versos serviam como legenda: Em que tormento o mísero se debate/ Sem poder fugir da cólera infinita/ Em torno esvoaçam pavorosas sombras/ E da maldição à interminável grita. O jornal buscava também enfatizar o fato de que o autoritarismo de Júlio de Castilhos estaria trazendo consigo a destruição do Rio Grande do Sul e, a esse respeito, apresentou uma ilustração na qual o governador queimava em uma fogueira a Constituição, o Código Civil, a liberdade de imprensa e o próprio Estado. Em meio à explosão provocada pelo líder republicano, “voavam” pelos ares o câmbio, o comércio, a indústria e a lavoura, numa referência aos prejuízos econômicos advindos da guerra civil; também aparecia “voando” o pobre, segundo o jornal, um dos maiores prejudicados com a luta. Ainda se faziam presentes na figura balões com as inscrições “viva os revoltosos”, “abaixo o despotismo”, “viva a liberdade” e “abaixo a tirania”, traduzindo a esperança da folha no avanço do movimento rebelde (25/6/1893). Diante do quadro, Castilhos estaria proferindo os seguintes versos: Como governo a capricho/ Declaro de coração/ Que vou queimar o Código/ A Lei e a Constituição/ Tudo vai à fogueira/ O que se escreve e se pensa/ E vou também queimar/ A liberdade de imprensa/ E para que ninguém murmure/ Já dentro desta barrica/ O “Rio Grande do Sul”/ Também queimando-se fica.

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

liberdade de imprensa era também constantemente denunciada pelos jornais, culminando com as determinações do Governo Federal de outubro de 1893, que praticamente nulificaram o direito de livre expressão por meio do jornalismo.

A nova legislação de imprensa, somada à ferrenha repressão governamental levou a um silenciar praticamente completo dos jornais para com os assuntos políticos, pelos menos até o final da guerra civil, pois quem não silenciasse por iniciativa própria, seria silenciado à força. As poucas manifestações anticastilhistas e favoráveis aos rebeldes, na maioria das vezes, tinham de ser publicadas de forma implícita, como no artigo “Fora do paraíso” que descrevia uma treva pesada que desceu sobre a terra, quando começou a migração dos animais e, enroscado na árvore da ciência, o *pítton* do pecado sibilava de gosto, pois ele vencera – ao passo que Eva, voluptuosa, lânguida, amolecida pelo amor, escondeu-se entre os cactos, olhando uma sombra que abria, no facho luminoso da lua, asas negras e enormes de vampiro e fugia, sibilando vitoriosamente – era o *pítton* do pecado que espalhava pela natureza a nova do desabrochamento das primeiras penas (*Tribuna Federal*, 10 dez. 1893). Nessa paisagem realizava-se uma analogia entre a passagem bíblica da expulsão de Adão e Eva do Paraíso e a visão oposicionista sobre o momento político rio-grandense. Desse modo, através de uma linguagem figurada, representava-se a situação gaúcha de então, mostrando as trevas trazidas ao Paraíso (a guerra civil no Rio Grande do Sul), provocando uma migração de seus habitantes (os rebeldes emigrados na fronteira); enquanto a Eva (simbolizando o conjunto da população)

fora corrompida por um vampiro, o *pítton do pecado*, que se encontrava enroscado na árvore da ciência, referindo-se ao positivista Júlio de Castilhos. Assim, em época de atroz censura, mesmo através de uma linguagem cifrada, mantinha-se o discurso anticastilhista.

Nesse sentido, as relações extra-discursivas revelavam uma conjuntura bastante complexa para a circulação dos jornais rio-grandinos à época da transição Monarquia-República, uma vez que a nova forma de governo traria consigo uma legislação de imprensa extremamente coercitiva, além do que a característica autoritária dos governantes, tanto na esfera federal, quanto na regional, levou a constantes atos de censura, policiamento, repressão, perseguição e ameaças de prisões e empastelamentos. Nesse clima nada favorável de verdadeiro controle do discurso, os jornais tiveram diferentes maneiras de reagir em suas relações inter e intradiscursivas quando da sustentação dos conflitos discursivos latentes à época, de acordo com o norte editorial, as formas de procedimento e as convicções político-ideológicas de cada um. Dessa maneira, apesar de todos os limites impostos pelo contexto da época, as folhas não deixaram de atuar de forma menos ou mais aberta/velada – direta/indireta na expressão de um discurso de cunho político e/ou partidário e, através do mesmo, atuando na construção/desconstrução de mitos políticos.

Quanto a essas relações, cada um dos jornais rio-grandinos tinha uma postura específica no que tange ao jogo político-partidário imperial, de modo que, a mudança institucional de 15 de Novembro viria a representar uma ruptura em tais formas de organização discursiva, diante do que as folhas impressas tiveram de

IMPrensa PERIÓDICA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS HISTÓRICOS

redimensionar seus pronunciamentos, adaptando-se às novas circunstâncias. Nessa linha, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista*, publicações diárias tradicionalmente vinculadas aos liberais, adotariam uma posição de aparente neutralidade, buscando um certo silenciamento quanto às disputas partidárias, mas deixando transparecer de modo velado – ou mais abertamente quando a repressão permitiu – um caráter anticastilhistas. Já o *Echo do Sul*, periódico diário historicamente ligado aos conservadores, o *Bisturi*, jornal caricato filiado ao gasparismo, e a *Tribuna Federal*, folha vinculada aos dissidentes republicanos, moveriam uma aberta campanha de oposição, de combate e até de resistência ao castilhismo. Essas posturas perdurariam até que os limites impostos pela repressão permitissem, uma vez que, dos periódicos citados, só os dois primeiros conseguiram manter sua circulação, ainda assim, condenados a um silêncio absoluto quanto aos acontecimentos políticos e bélicos de então, ao passo que os demais tiveram de suspender suas edições.

Assim, enquanto foi possível, esses jornais sustentaram o conflito, através da guerra das palavras, atuando como verdadeiros arautos das ideias e práticas de oposição ao castilhismo e, portanto, construindo e desconstruindo os dois personagens centrais da história gaúcha de então. Nesse quadro, esta imprensa plasmou uma identidade positiva para Gaspar da Silveira Martins, estabelecendo uma construção discursiva que visava cristalizar o estereótipo do cidadão modelo e do político ideal, sempre a serviço de sua pátria. Ao longo de sua atuação política, Silveira Martins foi aplaudido e, por vezes, idolatrado, e apresentado como o líder que, através de suas palavras e atos, contribuíra solidamente

na construção de um Rio Grande e um Brasil melhores, sendo ainda encarado como uma das únicas esperanças de liderança que poderia resistir e combater ao castilhismo. Já Júlio de Castilhos era apresentado como o arquétipo do pior dos inimigos, não sendo poupados adjetivos pejorativos para sua pessoa pública e privada, sofrendo ataques incisivos quanto à sua honra e honestidade, ao ser considerado como traidor, sem princípios e não-detentor do apoio da opinião pública. Castilhos era apontado, enfim, como déspota, ditador e tirano que, para satisfazer seus próprios interesses de perpetuação do poder, arrastara o Rio Grande para uma luta fratricida. Sustentando os confrontos discursivos típicos do jornalismo gaúcho de então, tais representantes da imprensa rio-grandina defenderam, por meio de diferentes estratégias discursivas, suas convicções nos vários confrontos que se entabularam nesse intrincado momento de transições, tomando partido, direta ou indiretamente, no embate entre federalistas e castilhistas, legitimando o pensamento e as atitudes dos aliados e deslegitimando os dos adversários, sustentando a dicotomia do “bem” contra o “mal”, características dessa época de guerras e contribuindo decisivamente na edificação (e busca de destruição) de mais alguns dos mitos políticos inerentes à formação histórica rio-grandense-do-sul.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



ISBN: 978-65-89557-59-3